



**MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

## **O SISTEMA PENITENCIÁRIO ANGOLANO: DA FUNÇÃO IDEAL À REALIDADE PRÁTICA**

Dissertação de fim de curso apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, como requisito parcial para a obtenção do grau académico de Mestre em Direito e Segurança.

**Autor** : CRISTIANO VITÓRIA CÂNDIDO

**Orientador** : Prof. Doutor Jorge Bacelar Gouveia

**LUANDA – OUTUBRO/2017**

**Universidade Nova de Lisboa**

**Faculdade de Direito**

**O SISTEMA PENITENCIÁRIO ANGOLANO: DA FUNÇÃO  
IDEAL À REALIDADE PRÁTICA**

**Autor** : Cristiano Vitória Cândido

**Orientador** : Prof. Doutor Jorge Bacelar Gouveia

**Luanda – Outubro/2017**

## **DEDICATÓRIA**

À minha família,  
pelo apoio concedido ao longo desta formação de Mestrado  
e, pelo esforço despendido nas horas em que a elaboração  
deste trabalho os privou do meu convívio, porque se  
sobrepôs em nós o princípio de que, as conquistas  
são sempre todas nossas.

## **DECLARAÇÃO ANTIPLÁGIO**

Declaro que o texto desta dissertação de Mestrado em Direito e Segurança, ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, é exclusivamente da minha autoria e que toda a utilização de textos alheios está devidamente referenciada.



## **AGRADECIMENTOS**

- ✓ Especial agradecimento dirigimos aos Senhores Ilídio João Domingos, Milton Cafoloma, Beatriz de Sousa, ao meu Tutor pela colaboração prestada Prof. Doutor Jorge Bacelar Gouveia e Co-Tutor Dr. Vasco Grandão Ramos;
- ✓ Ao Ministério do Interior da República de Angola, pelo apoio institucional;
- ✓ E a todos os que directa ou indirectamente contribuíram para que chegassemos até aqui, com a apresentação do presente trabalho.

## RESUMO

O Sistema Penitenciário Angolano: da função ideal à realidade prática, é o tema que nos propusemos dissertar, como premissa fundamental para a obtenção do grau académico de Mestre em Direito e Segurança, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. A abordagem cinge-se ao sistema penitenciário angolano, particularmente dos últimos anos e é aqui aflorado na vertente meramente académica, só e apenas nesta vertente.

Entretanto, para melhor estudo da realidade angolana, buscamos enquadrar um exercício do Direito Comparado, para aferirmos algumas nuances dos sistemas penitenciários português e brasileiro. Por outro lado, embora o escopo fosse fundamentalmente a realidade actual do sistema, não descuramos da oportunidade de fazermos uma digressão histórica e contextualizada da situação actual dos Direitos Humanos nos estabelecimentos prisionais, tendo como referência a 2ª guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas, assim como o retrato da dicotomia entre direitos humanos e direitos fundamentais.

Enfim, este trabalho oferece um retrato da organização dos estabelecimentos prisionais angolanos, da sua classificação, das funções do sistema penitenciário com particular realce para a ressocialização e os riscos da estigmatização, sem esquecer os efeitos positivos e negativos do cárcere sobre a personalidade do condenado. Traz, igualmente, a situação carcerária dos menores e de outros desta franja que residem nas prisões juntamente com mães reclusas.

**Palavras-chave:** Sistema penitenciário, estabelecimento prisional, detido, recluso, pena, reeducação e trabalho prisional.

## **ABSTRACT**

This of course work Conclusion deals with the Angolan prison system. To understand this issue, we try to make at first a study on the prison historic legislative framework of Angola.

Then, we discuss the historical background of Penology which has its brands in the late eighteenth century and early twenty-first century.

Also we make a comparative study of prison systems and Brazilian Portuguese, the current human rights situation in prisons with reference to the 2nd World War and the creation of the United Nations organization, the distinction between human rights and fundamental rights.

Also talked up the organization of Angolan prisons, their classification, the functions of the prison system with particular emphasis on resocialization and the risks of stigmatization, without forgetting the positive and negative effects of prison on the personality of the convict. Finally, we highlight in this work the organization and operation of Angolan prisons, the situation of children living in prisons with inmates mothers and children prisoners and young offenders - specific situation and conditions of the completion of their sentences.

**Keywords:** prison system, prison, prisoner, prisoner, punishment, rehabilitation and prison labor.

## ABREVIATURAS

Art. – Artigo.

Arts. – Artigos.

C.C. – Código Civil.

CF. - Compare, Confronte.

C.P. – Código Penal.

CRA – Constituição da República de Angola.

CADHP – Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

ED. – Edição.

EDS. – Edições.

LGT – Lei Geral do Trabalho.

ONU – Organização das Nações Unidas.

P. – Página.

PP. – Páginas.

SAADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

SME – Serviço de Migração e Estrangeiro.

SS – Seguintes.

VG – Verbi Gratia (por exemplo).

VOL. – Volume

## INTRODUÇÃO

Uma aturada e apaixonante digressão pelo Sistema Penitenciário Angolano, com uma perspectiva de compreender a essência da função ideal do cárcere sobre a personalidade do delinquente, bem como das Leis e Regulamentos que disciplinam a organização e funcionamento dos estabelecimentos prisionais angolanos, resultaram no presente trabalho de fim de curso, como requisito fundamental para a obtenção do grau académico de Mestre em Direito e Segurança, do qual somos partícipes na condição de Estudantes.

Procurámos retratar nesta obra propedêutica os conceitos e argumentos doutrinários sobre as questões candentes ao nível da Penologia, sem deixar de fazer um estudo comparado dos sistemas penitenciários português e brasileiro, relativamente ao caso angolano, não obstante as dificuldades na obtenção de bibliografia que verse sobre a matéria que constitui objecto do nosso estudo e a falta de regulamentação de várias matérias atinentes ao sistema penitenciário angolano, sem que, de facto, isso se repercutisse significativamente nos resultados a que nos propusemos previamente, ressaltando, desde já, as naturais limitações típicas de um trabalho de cunho meramente académico cujo objectivo principal não é mais senão responder às exigências metodológica do curso, sem perder de vista, obviamente, a pertinência que mereça.

Este trabalho representa um esforço de compreensão de uma matéria actual e de elevada pertinência, mas que é pouco debatida na doutrina e realidade angolana e, modéstia à parte, fazemo-lo, certamente, com o intuito de poder vir a ser um singelo contributo para o tão requerido ponto de partida para estudos posteriores da nossa parte enquanto autores, mas também deixamos aberta esta possibilidade para eventuais interessados nesta temática.

Em momento algum da nossa pesquisa vimo-nos fraquejar deste tema, pois, a importância que encontramos nele fez com que as pequenas vicissitudes surgidas transformassem-nas em forças suficientes para o prosseguimento almejado, facto que nos fez chegar até aqui, orgulhosamente. Assim, para melhor compreensão do tema e das razões que levaram à sua escolha, cabe-nos avançar os seguintes argumentos de razão:

- O objectivo de, com este trabalho, termos criadas as premissas fundamentais para augurarmos o grau académico de Mestre em Direito e Segurança, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;

- A abordagem do Módulo “**Direito Penitenciário**”, em ambiente de aula, durante a 5ª Unidade Curricular “**Direito Penal e Segurança Nacional**”, contribuiu significativamente para que nos fiquemos tocados, indagados e sensibilizados, o que redundou na nossa benquista “aventura cognitiva” que neste trabalho trazemos sistematizada;
- Outro aspecto essencial que nos suscita indicar esta direcção tem haver com a realidade prática e a função ideal à luz dos direitos e liberdades fundamentais plasmados na Constituição da República de Angola e demais instrumentos jurídicos internacionais sobre direitos humanos, apelando aos moldes de prestação laboral dos reclusos e as formas de remuneração resultantes desta prestação.

Para melhor condução do nosso estudo, tivemos à partida que nos propor a responder a seguinte questão: *Como compreender o sistema penitenciário angolano à luz da actual legislação que regula o sector e diante do recrudesimento vertiginoso dos actuais níveis de criminalidade no país?*

Durante a sua elaboração, várias questões foram levantadas em torno das diversas matérias abordadas, com o intuito de dar resposta às preocupações suscitadas pela particular complexidade do tema. Dentre estas preocupações, importa-nos destacar as hipóteses seguintes: *Qual é a essência do cárcere? Será o cárcere um instrumento eficaz de combate ao crime? Que efeitos (directos e indirectos) tem o cárcere sobre a personalidade do delinquente? A prisão é um meio de construção de uma sociedade de justiça e paz social?*

Tal como aflorado acima, se por um lado a necessidade de cumprirmos com a exigência estudantil de apresentarmos uma dissertação para o grau académico almejado, é o objectivo primário e principal, por outro, e com vista a satisfazermos todos os quesitos da doutrina metodológica, apresentamos como objectivo geral da pesquisa, o seguinte: fazer um estudo abrangente sobre o sistema penitenciário angolano, a evolução das condições de internamento da população penal e os efeitos do cárcere sobre os condenados.

Nesta ordem de ideias, a este objectivo, agregamos os específicos, designadamente: a) Estudar o funcionamento do sistema penitenciário angolano, normas reguladoras e métodos utilizados para a humanização desses serviços; b) Estabelecer comparação científica dos sistemas

penitenciários português e brasileiro, com o intuito espelhar as principais diferenças e especificidades dos reclusos em relação a realidade angolana.

Posto isso, é pertinente aflorarmos que, para tal, optamos por dar primazia às fontes primárias (obras bibliográficas, legislação penitenciária e outras que regem a matéria, bem como manuais de apoio escolar e artigos de opinião); outro recurso julgado igualmente pertinente foi o estudo de campo junto do Complexo Prisional de Viana e dos Estabelecimentos Prisionais de Caxito e do Waku Kungo, com o escopo de constatar a organização e o funcionamento daquelas instituições prisionais. Por força disso, foi-nos incontornável preferir por uma pesquisa de tipo qualitativa por nos parecer a mais ajustada para um trabalho académico desta índole. Já o método descritivo, voltado essencialmente à dedução/indução foi o desenvolvido, embora, no momento crucial do trabalho, agregamos igualmente a componente analítica para a comparação que se impunha entre os sistemas penitenciários acima referenciados.

O trabalho está desenvolvido em quatro capítulos, obedecendo um tratamento sistemático do qual disposta a coesão e coerência textual. No capítulo I, debruçamo-nos sobre o quadro legislativo penitenciário angolano; no capítulo seguinte, o estudo comparado dos sistemas penitenciários português, brasileiro e angolano; no capítulo III, focamo-nos no retrato dos estabelecimentos penitenciários de Angola, com principal incidência aos de Luanda, Caxito e Waku-kungo; finalmente, no último capítulo, estendemos a nossa abordagem às funções do sistema penitenciário.

Portanto, não temos dúvida alguma em atestarmos que, do esforço empreendido e elevado senso de responsabilidade, trazemos aqui uma boa premissa para alguma compreensão do sistema penitenciário angolano, numa abordagem académica que poderá contribuir para mais especulação nesta vertente.

## **CAPÍTULO I**

# **QUADRO LEGISLATIVO PENITENCIÁRIO EM ANGOLA**



## 1.1 – Evolução Histórica da Penologia

A história da Penologia moderna e dos estudos criminológicos no mundo, segundo FOUCAULT (2000)<sup>1</sup>, convergem com a história da implementação das cidades. No final do século XVIII e início do século XIX, caminhava-se na perspectiva de uma nova era da justiça penal, em que houve muitas modificações, de entre elas, a principal foi o desaparecimento dos suplícios, que eram até aí o grande espetáculo da punição física.

O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. FOUCAULT (2000) entende que se entrou numa perspectiva da penalidade incorpórea, em que deixa de se referir mais ao corpo e se passa a atingir mais a alma. Com a implementação da humanização da pena, foram criadas as cadeias, instituições de controlo social, com o objectivo de internar as pessoas que cometessem infracções graves. Com isto, muda-se completamente o carácter de espetáculo público das punições (castigo físico), passando-se para um sistema de encarceramento, em que a sociedade deixa de ser espectadora porque o infractor, colocado no interior da prisão, fica inacessível ao público.

Com as reformas que se foram efectuando, agregou-se à ideia de punição a de reinserção, reabilitação social, ressocialização, com o sentido de o condenado passar a respeitar as leis. Para FOUCAULT (2000), a punição não serve para sancionar o agente pela prática da infracção, mas sim para o controlar, neutralizar a sua perigosidade social, modificar as suas disposições criminosas, somente após obtenção de tais modificações cessando a punição.

Com a nova ordem social que se instaurou, isto é, com a regularização de um direito judiciário pautado não mais no suplício do corpo do infractor, mais sim sob uma perspectiva de reincorporação do delinquente na sociedade, toda a legislação penal é reformulada e começaram a ser criadas as chamadas casas de correcção.

Nesta senda, PERROT (1988)<sup>2</sup> entende que, convertida no centro irradiador penitenciário, na própria medida em que a pena privativa de liberdade constitui o essencial, a prisão assume uma tripla função que é: punir, defender a sociedade, isolando o delinquente para evitar o contágio do mal e, inspirando o temor, corrigir o culpado para reintegrá-lo na sociedade.

---

<sup>1</sup> Cfr. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: vozes 2000.

<sup>2</sup> Cfr. PERROT, 1988 apud Breitman, 1989, p. 194.

De entre estes três objectivos, a meta de reabilitar passou a merecer especial atenção a partir do século XIX. Designada por terapêutica, cura, recuperação, regeneração, readaptação, ressocialização, reeducação, era vista como semelhante à finalidade do hospital e da escola.

Houve grande impacto, pelo menos no terreno programático, com a aprovação pelo Conselho Económico e Social da ONU, das Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos de 1955, que trazem consigo o fim precípua da penitenciária que seria utilizar toda a assistência educacional, moral e espiritual no tratamento de quem se mostre necessitado o delinquente, de modo a assegurar-lhe que no retorno à comunidade esteja apto a obedecer às Leis.

## **1.2 - Os Fins em Geral das Penas e Medidas de Segurança**

De um tempo a esta parte, tem-se debatido na sociedade angolana o problema da violência urbana e da criminalidade. Nos debates, analisam-se as causas e as formas de combate a esses males sociais, questionando-se as punições e sua aplicação como forma de diminuir essa onda avassaladora do crime.

A privação de liberdade tem sido o centro das atenções dos debates, pois representa o principal instrumento do sistema penitenciário servindo de elemento base contra as actuações criminosas. Esta pena visa a prevenção e repressão da criminalidade na sociedade.

Para reintegrar os reclusos após o cumprimento da pena, tem-se aplicado o modelo educativo e a ressocialização, em que a educação é utilizada como parte de um tratamento (terapêutica), visando à transmissão de conhecimentos para os que nunca os tiveram, a manutenção e aperfeiçoamento daqueles que já os possuem, assumindo a educação uma função moral destinada a corrigir pessoas intrinsecamente imorais e associas.

A educação surge também como um método de prevenção do delito para a sociedade em geral e para os reclusos em particular. Note-se que a sua aplicação nos estabelecimentos prisionais é um dos requisitos para a reinserção social e contribuição ao desenvolvimento real e sustentável da sociedade, pois trata-se de um direito que permite aos reclusos fazerem a sua escolha e desenvolverem trajectórias educativas positivas, concretizando o direito humano a

um projecto de vida, tratando-se de um direito que possibilita aos condenados conhecer e exercer outros direitos, nomeadamente, livrarem-se da vida carcerária em alguns casos.

Com a crescente demanda da população penal e a sobrelotação nos estabelecimentos prisionais, e com vista a atingir o objectivo da humanização nestes estabelecimentos face ao actual papel do sistema penitenciário no espaço urbano, o Executivo angolano está a fazer um grande esforço na desinstalação dos estabelecimentos situados nos centros urbanos para os reinstalar em zonas distantes do casco urbano (Káquila em Luanda, Péu Péu no Cunene, Bentiaba no Namibe e Caxito no Bengo).

O sistema penitenciário angolano atravessa um período delicado, causado pelo elevado índice de internamento de reclusos, que não é acompanhado proporcionalmente pelas libertações, criando sérios constrangimentos à gestão e provocando desgaste aos técnicos, agentes e responsáveis dos estabelecimentos prisionais. Esta situação acarreta igualmente transtornos no domínio da acomodação dos reclusos, assistência médico-medicamentosa, alimentação, bem como no desenvolvimento de programas específicos de reabilitação e ressocialização.

Indicadores da realidade angolana demonstram que, de 1976 a 2014, o sistema prisional não conheceu redução no internamento de reclusos pelo contrário, o aumento gradual não foi acompanhado da correspondente edificação de infra-estruturas prisionais.

Para se atingir o espírito da Lei Penitenciária, estão a ser implementadas acções nos mais variados domínios, nomeadamente no melhoramento das condições de acomodação e de assistência aos reclusos, com a construção de estabelecimentos prisionais, tendo como referência a localização geográfica dos reclusos, visando a complementaridade de vagas. A expansão do ensino secundário, bem como a perspectiva de implementação do ensino superior nos estabelecimentos prisionais, a criação de um centro de estudo de diagnóstico psicológico, a implementação de programas integrados de regeneração e reinserção social dos reclusos constituem igualmente acções levadas a cabo pelas estruturas estatais<sup>3</sup>.

A promulgação e entrada em vigor da Lei Penitenciária e outros diplomas aplicáveis a esta matéria introduziu no sistema penitenciário angolano elementos novos, sustentados em

---

<sup>3</sup> Cfr. Disponível em [www.url:http://angoladigital.net](http://angoladigital.net), in população penal em Angola, p 1; Consultado em 29/01/2015.

princípios e normas inovadoras, requerendo do Estado a adequação das infra-estruturas, dos meios e equipamentos, assim como dos recursos humanos.

Na perspectiva do Prof. V. Grandão Ramos sobre o sistema prisional angolano, relativamente às teorias do Direito Penal sobre as funções da pena, o estabelecimento prisional, como sendo aquele que se destina quer à detenção (prisão preventiva) quer ao cumprimento de penas e à execução de medidas de segurança privativas de liberdade, pode ser classificado, de acordo com a sua finalidade, em espécies e, ainda, em subespécies, nomeadamente:

Cadeias comarcãs e centrais - para as penas de prisão maior e correcional; e prisões especiais: prisões escolas, prisões sanatórios, prisões hospitais e prisões maternidades<sup>4</sup>.

Hoje, a Lei nº 8/08, de 29 de Agosto, remete a classificação dos estabelecimentos prisionais para os respectivos regulamentos (art. 98.º, nº 3), limitando-se a estabelecer regras relativas à sua estrutura e lotação.

Os estabelecimentos prisionais devem ser estruturados, reza o art. 105.º, nº 1, de modo a reunirem as condições necessárias para o tratamento do recluso, no caso concreto, sendo proibida, nomeadamente, a superlotação (art. 109.º).

A execução das penas e medidas de segurança privativas de liberdade dispõem os arts. 1.º e 3.º nº 4 da Lei Penitenciária, far-se-á de forma a assegurar o equilíbrio entre a defesa da sociedade e do Estado (prevenção geral positiva) e o fim de readaptação social do recluso (prevenção especial positiva). Face a isto, os fins da pena de prisão tomados em linha de conta são dois (2), fundamentalmente:

1 – Fim de prevenção geral;

2 – Fim de prevenção especial.

A prevenção geral tem a ver com a defesa social, o conhecimento, pela generalidade das pessoas, da norma penal e das consequências da sua infração e até com a crença e orgulho no sistema de justiça penal.

---

<sup>4</sup> Cfr. RAMOS, Vasco Grandão. *O Sistema Prisional Angolano*, in Revista da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, nº 2, p. 190.

Contrariamente, a prevenção especial consiste na reintegração ou reinserção social do condenado. Espera-se que após o cumprimento da pena, o agente se consciencialize sobre o mal que provocou à sociedade, a sua oposição à Lei e sobre os bens ou valores jurídicos que a sua conduta lesou. E não reincida.

Na prevenção geral, o efeito da pena projecta-se para além do criminoso. O regime de execução da pena varia de acordo com a espécie de pena, o fim que, com ela, se pretende obter e com as condições concretas do recluso e do regime prisional a que está sujeito.

De qualquer modo, a execução das penas privativas de liberdade, obedece aos princípios da progressividade e da individualização.

De referir, quanto ao regime prisional e suas modificações, o seguinte<sup>5</sup>:

Terminado o período inicial de isolamento contínuo, segue-se um segundo período de vida prisional, durante o qual o recluso pode frequentar a escola e trabalhar em regime de silêncio, mantendo-se o isolamento nos períodos nocturnos, refeições e descanso.

Passados, no mínimo, três (3) meses e cumprido um terço da pena com boa conduta, o recluso entra no terceiro período onde às condições do período anterior acresce a regalia de poder tomar as refeições e gozar o descanso com os outros reclusos.

Ao fim de seis (6) meses e cumprida metade da pena com boa conduta, o recluso pode entrar no quarto e último período da sua vida prisional e, se revelar vontade e capacidade para levar vida honesta, é então colocado em secção especial que lhe permitirá obter determinadas concessões.

De realçar que, para complementar a regulação da actividade do sistema penitenciário angolano, existem algumas normas de funcionamento interno, que suprem a falta do Regulamento da Lei Penitenciária, nomeadamente<sup>6</sup>:

- O regulamento orgânico dos estabelecimentos prisionais de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> classe;
- Normas de reeducação penal;
- Normas de segurança penal;

<sup>5</sup> Cfr. Artigos 9.º, nº 1, e 10.º da Lei nº 8/08, de 29 de Agosto.

<sup>6</sup> Cfr. Anexo nº 7.

- Normas de controlo penal;
- Normas de ordem interna;
- Cartilha de procedimentos do recluso nos estabelecimentos prisionais.

Dado o aumento crescente do número de reclusos nos estabelecimentos prisionais e de forma a garantir a sua melhor identificação e distinção, os **detidos** usam uniforme (*alínea k) do Capítulo III da “Cartilha de Procedimentos do Recluso nos Estabelecimentos Prisionais”*<sup>7</sup> de cor castanha com os dizeres “**Serviços Prisionais de Angola**” e os **condenados** usam uniforme azul com a palavra “**Recluso**” gravada. Isto deriva de uma norma imperativa que visa garantir a ordem harmoniosa, o relacionamento humano, o ambiente e a higiene.

### 1.3 – Resenha História da Legislação Penitenciária em Angola

A República de Angola, alcançou a sua independência em 1975. Até então, a legislação que vigorava no território nacional sobre o sistema penitenciário fora criada e aprovada pelo poder legislativo do Estado português.

Angola, enquanto província ultramarina de Portugal, recebeu nos primórdios da colonização, uma vaga de cidadãos portugueses degredados, na sua maioria condenados por crimes graves cometidos na metrópole.

Para os indígenas, existiam unidades penitenciárias que naquela altura funcionavam como verdadeiros campos de trabalho forçado, nos quais a população prisional era constituída essencialmente por pessoas que praticavam actos de insubordinação contra o poder colonial.

Nessa época, as prisões eram ordenadas violando os direitos fundamentais e as liberdades da pessoa humana. Aos detidos não eram reconhecidos quaisquer direitos e, com frequência, eram submetidos a tratamento cruel como meio de coação para obter a confissão ou então como medida de correcção da conduta do suposto infractor. Os principais diplomas reguladores do sistema penitenciário, na época colonial, eram os seguintes:

- Decreto-Lei nº 26.643, de 28 de Maio de 1936, que reorganizou os Serviços Prisionais e introduziu a Reforma Prisional.

---

<sup>7</sup> Cfr. *Deveres dos reclusos nos estabelecimentos prisionais*, p. 8, da CARTILHA.

- Decreto-Lei nº 34.553, de 30 de Abril de 1945, que regulava a organização e a competência do Tribunal de Execução das Penas e regulava também e ainda regula o processo de liberdade condicional<sup>8</sup>.
- Decreto nº 34.674, de 18 de Junho de 1945, que aprovou o regulamento do trabalho dos presos fora dos estabelecimentos prisionais, ou seja, o trabalho exercido em campos de trabalho e em brigadas de trabalho.
- Decreto-Lei nº 39.997, de 29 de Dezembro de 1954.
- Diploma Legislativo nº 3497 de 8 de Agosto de 1964.
- Lei nº 8/08, de 29 de Agosto, que aprova a Lei Penitenciária.

Depois da Independência, Angola teve de rubricar vários tratados internacionais sobre direitos humanos e, nesta conformidade, a legislação infra-constitucional que foi sendo aprovada teve de reflectir as exigências plasmadas nestes instrumentos jurídicos internacionais. A título de exemplo, pode-se citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948, as Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos da ONU de 1955, o Pacto Africano dos Direitos Humanos e o Pacto dos Direitos Civis e Políticos da ONU de 1977, o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais dos Povos de 1966.

Na sequência da adesão do Estado angolano a estes instrumentos jurídicos internacionais, foi aprovada, a 29 de Agosto de 2008, a Lei Penitenciária (Lei nº 8/88) que revogou toda a legislação penitenciária então vigente e veio garantir de modo mais eficaz a execução das penas e medidas privativas de liberdade impostas pelos tribunais.

A Constituição da República de Angola aprovada em 2010 (adiante designada por CRA), consagrou a semelhança da Lei nº 23/92 de 16 de Setembro (Lei Constitucional), a protecção dos cidadãos contra a tortura e tratamentos degradantes, o que representa um importante avanço do direito interno em matéria de protecção dos direitos dos reclusos. Por outro lado, os

---

<sup>8</sup> Nos termos da Lei nº 18/88, de 31 de Dezembro, que instituiu o Sistema Unificado de Justiça, a orgânica dos tribunais compreendia o Tribunal Supremo, os Tribunais Provinciais e os Tribunais Municipais. Esta Lei extinguiu os Tribunais de execução das penas, mas já foi revogada pela Lei nº 2/15, de 2 de Fevereiro, que estabelece hoje os princípios e regras gerais de Organização e Funcionamento dos Tribunais de Jurisdição Comum que, igualmente, se designam por Tribunais Judiciais.

artigos 66.º e 67.º da CRA consagram igualmente medidas de protecção dos arguidos presos, concedendo-lhes o direito de serem assistidos por um advogado<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> A Constituição da República de Angola aprovada em 2010, estabelece limites às penas e às medidas de segurança, (art. 66.º) e estabelece as garantias do processo criminal, concedendo a todos os arguidos os direitos de defesa, de recurso e de patrocínio judiciário.



## **CAPÍTULO II**

# **ESTUDO COMPARADO DE SISTEMAS PENITENCIÁRIOS**

## **2.1 - Sistema Penitenciário Português**

Os serviços prisionais portugueses são tutelados pelo Ministério da Justiça, ao contrário do sistema angolano no qual as unidades penitenciárias encontram-se sob superintendência do Ministro do Interior. A actividade destes serviços é exercida com base na Lei nº 115/2009 de 12 de Outubro (Lei Penitenciária), que é regulada pelo Decreto-Lei nº 51/2011 de 11 de Abril, o qual estabelece a disciplina jurídica da execução das penas e outras medidas privativas de liberdade.

A aprovação da Lei geral dos estabelecimentos prisionais resultou da necessidade de se garantir uma aplicação uniforme de uma Lei Penitenciária a todos os estabelecimentos prisionais.

Esta Lei veio concretizar o incentivo ao ensino e à formação profissional, a organização das actividades sócio-culturais e desportivas e a colaboração com instituições particulares, e não só, dando cumprimento ao programa do XVIII Governo constitucional português, na matéria relacionada com o reforço da eficácia da prevenção da criminalidade, a promoção da criação de melhores condições de reintegração social e uma maior cooperação entre os serviços prisionais e a sociedade civil<sup>10</sup>.

## **2.2 - Sistema Penitenciário Brasileiro**

O Brasil é um Estado que ratificou vários instrumentos jurídicos internacionais relacionados com os direitos humanos, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, as Regras Mínimas da Organização das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos, a Defesa Técnica nas Infracções Disciplinares e outros.

O sistema penitenciário brasileiro é regulado pela Lei de Execução Penal de 1984, que reconhece um respeito saudável aos direitos humanos dos reclusos e contém várias previsões sobre o tratamento individualizado, a protecção dos direitos substantivos e processuais dos reclusos, a assistência médica e medicamentosa, jurídica, educacional, social, religiosa e

---

<sup>10</sup> Disponível em [www.url:http://sistema prisional português](http://www.url:http://sistema prisional português), pp. 20 à 55; consultado em 22/01/2015.

material aos mesmos. O objectivo desta Lei é a ressocialização das pessoas condenadas, a humanização do sistema penitenciário, bem como o incentivo aos juizes para a aplicação de penas alternativas, tais como, a fiança, a prestação de serviços comunitários e suspensão condicional.

O sistema penitenciário brasileiro pauta-se pela observância das Regras Mínimas no Tratamento dos Reclusos, uma vez que estas regras são um guião essencial para a administração dos estabelecimentos prisionais. Em virtude do acima citado, o poder legislativo busca alternativas para melhorar a execução de penas de prisão, destacando-se entre elas o monitoramento electrónico de reclusos. O monitoramento electrónico é uma medida judicial composta por um sistema electrónico de controlo à distância de uma pessoa em determinado lugar, em que surge como alternativa na execução da pena de prisão, pois procura reduzir o alto nível de encarceramento existente em vários estabelecimentos prisionais, diminui os custos financeiros gerados pelo internamento de reclusos, proporciona ao recluso um contacto com a família em particular e a sociedade em geral, diminui os efeitos negativos que a prisão causa aos condenados, evitando os males decorrentes do sistema penitenciário. Podemos chamar a isto de liberdade vigiada eletronicamente em que a sociedade está pretensamente protegida.

A realidade desse sistema penitenciário mostra que a pena privativa de liberdade é ineficiente para combater a criminalidade e contribuir para a reeducação dos reclusos. Face a este cenário e, tendo em conta que não se pode abrir mão do encarceramento, o poder local tem procurado alternativas às penas privativas de liberdade.

De realçar que o que se pretende com a efectivação e aplicação das garantias legais e constitucionais na execução das penas, assim como o respeito pelos reclusos, é que seja respeitado e cumprido o princípio da legalidade tutelado por esse Estado Democrático de Direito, tendo como objectivo maior a instrumentalização da função ressocializadora da pena privativa de liberdade, com a finalidade de reintegrar o recluso no meio social, visando a obtenção da pacificação social que é a premissa maior do direito penal brasileiro<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Disponível em [www.url:http// sistema prisional brasileiro](http://www.url:http// sistema prisional brasileiro), pp. 1 à 20; consultado em 22/01/2015.

### **CAPÍTULO III**

# **ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS EM ANGOLA**

### **3.1 - Organização dos Estabelecimentos Prisionais**

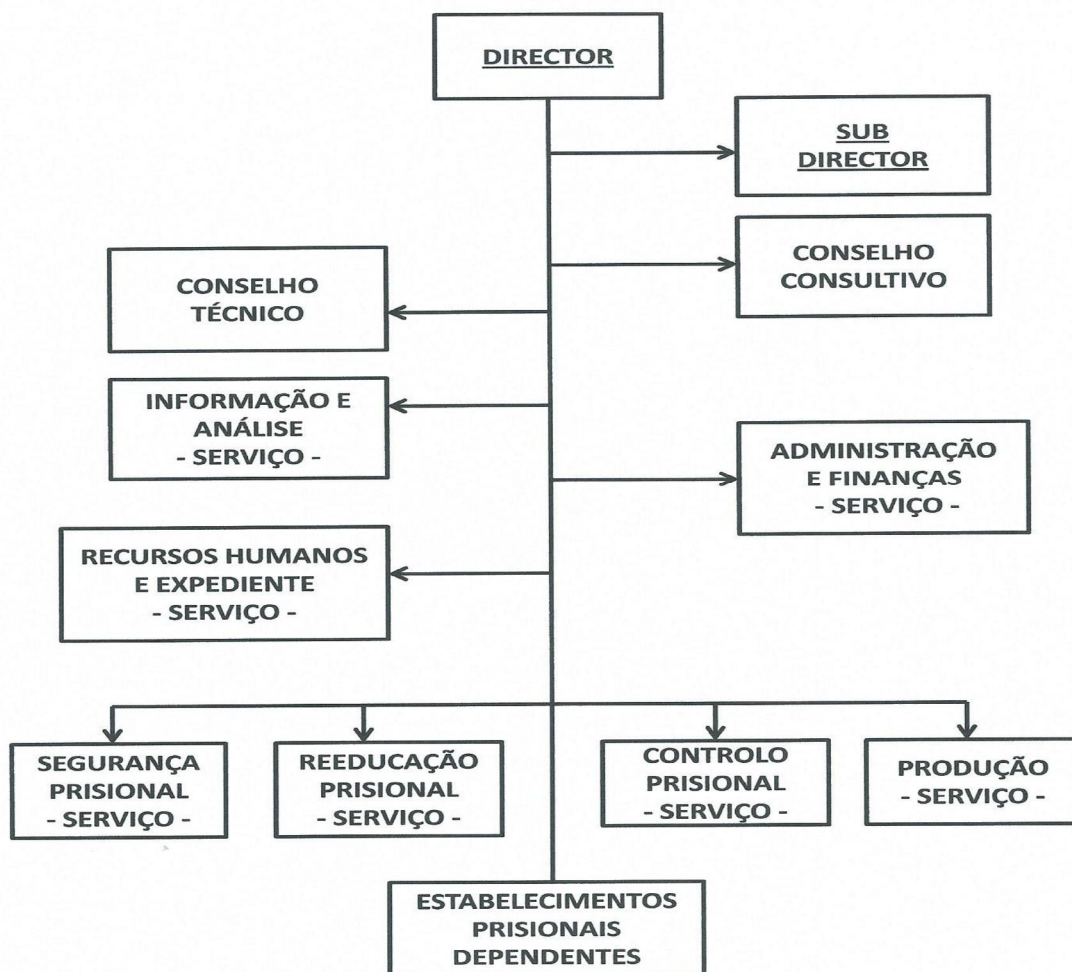
Os estabelecimentos prisionais são órgãos dependentes dos Serviços Prisionais, especializados e encarregues de executar as funções que genericamente, são atribuídas ao órgão central, especialmente as de controlo da execução de penas e medidas de segurança e, do acompanhamento dos prazos de prisão preventiva.

Soube-se de fontes oficiais, durante o trabalho de estudo que efectuámos junto do Complexo Prisional de Viana, em Luanda, que os estabelecimentos prisionais dependem directa e técnico-metodologicamente dos Serviços Centrais e, administrativa e financeiramente, da respectiva Delegação Provincial do MININT, através da Direcção Provincial dos Serviços Prisionais, e os sedeados na Província de Luanda ou outros autorizados por despacho do Ministro do Interior, dependem exclusivamente dos Serviços Centrais.

Os estabelecimentos prisionais classificam-se em 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> Classes, consoante a região onde se situam, a sua capacidade e desenvolvimento económico, como a seguir se destriça:

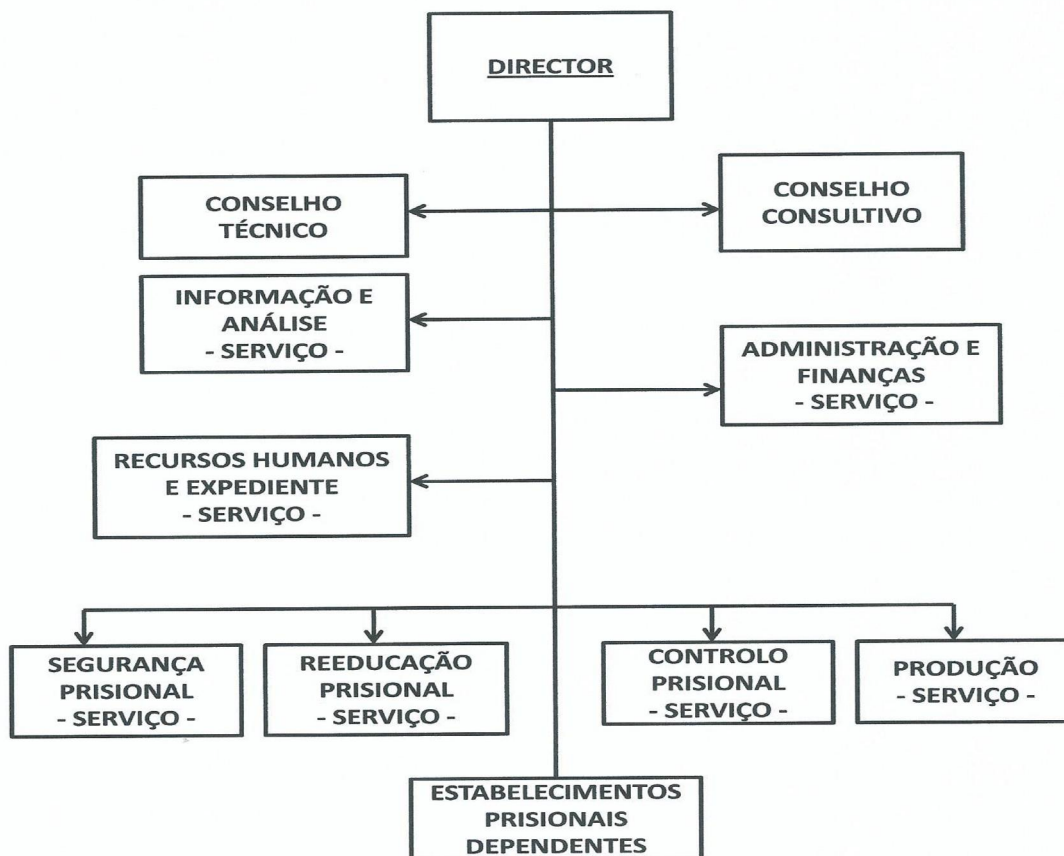
### 3.2 - Organigrama do estabelecimento prisional de 1ª Classe

Os estabelecimentos prisionais de 1ª Classe situam-se na sede provincial urbana e suburbana que alberguem de 400 aos 800 e de 200 aos 1.000 reclusos, respectivamente, os destinados para mulheres situados na capital do país e os hospitais prisionais.



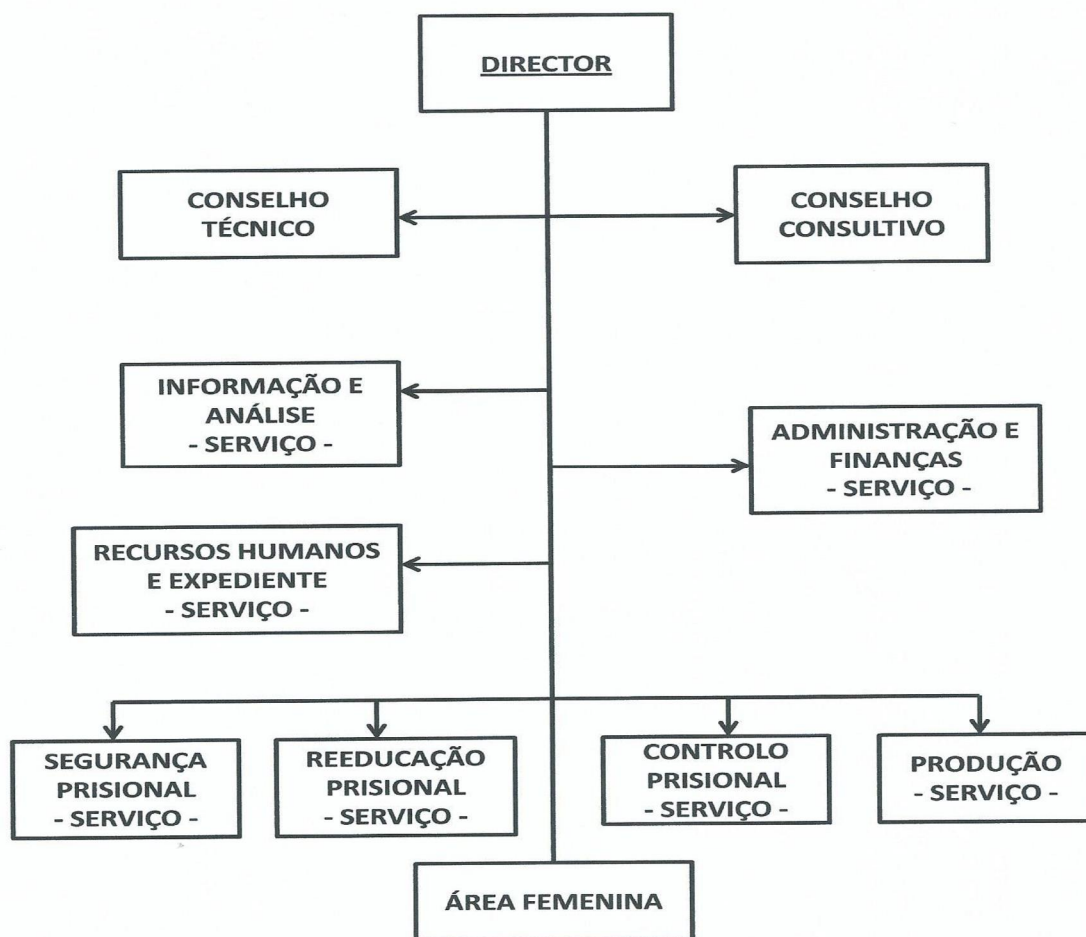
### 3.3 - Organigrama do estabelecimento prisional de 2ª Classe

Os estabelecimentos prisionais de 2ª Classe situam-se nas sedes provinciais ou municipais, em zonas urbanas ou suburbanas, campos ou centros de trabalho instalados em zonas que alberguem de 100 aos 200 reclusos e os estabelecimentos prisionais para mulheres sedeados na área dos estabelecimentos prisionais de 1ª Classe.



### 3.4 - Organigrama do estabelecimento prisional de 3ª Classe

Os estabelecimentos prisionais de 3ª Classe situam-se nas sedes municipais, em zonas urbanas ou suburbanas que alberguem menos de 100 reclusos, os estabelecimentos prisionais para mulheres anexos à área dos estabelecimentos prisionais de 1ª ou 2ª Classe e as brigadas de trabalho instaladas em zonas suburbanas afastadas além de 20 km do estabelecimento prisional mais próximo.





### **3.5 - Distribuição Geográfica dos Estabelecimentos Penitenciários<sup>12</sup>**

O nosso sistema penitenciário conta actualmente com 40 estabelecimentos, conforme abaixo mencionados:

#### 3.5.1 - Província de Luanda

1. - Cadeia Central de Luanda.
2. – Estabelecimento penitenciário de Viana.
3. – Estabelecimento penitenciário feminino de Viana.
4. - Estabelecimento penitenciário de São Paulo (hospital prisão).
  - Sector Feminino de São Paulo.
5. - Estabelecimento penitenciário de Kakila.
6. – Estabelecimento penitenciário de Calomboloca.
7. – Hospital psiquiátrico penitenciário.
  - Sector feminino do hospital psiquiátrico.

#### 3.5.2 – Província de Benguela

1. - Estabelecimento penitenciário de Cavaco.
2. - Estabelecimento feminino de Cavaco.
3. - Estabelecimento penitenciário do Lobito.
4. - Estabelecimento penitenciário do Cubal.
  - Sector Feminino do Cubal.
5. - Estabelecimento penitenciário da Ganda.

#### 3.5.3 – Província do Kwanza-Sul

1. - Estabelecimento penitenciário do Sumbe.
  - Sector feminino do Sumbe.
2. - Estabelecimento penitenciário da Gabela.
  - Sector Feminino da Gabela.
3. – Centro penitenciário do Waku-Kungo - para jovens.
  - Sector Feminino do Waku Kungo.

---

<sup>12</sup> O quadro representativo deste assunto, pode ser encontrado no anexo nº 1 deste trabalho.

#### 3.5.4 – Província do Namibe

1. - Estabelecimento penitenciário do Namibe.
  - Sector feminino do Namibe.
2. - Estabelecimento penitenciário do Bentiaba.
  - Sector Feminino do Bentiaba.

#### 3.5.5 – Província do Zaire

1. - Estabelecimento penitenciário de Mbanza Congo.
  - Sector feminino de Mbanza Congo.
2. - Estabelecimento penitenciário do Soyo.
  - Sector Feminino do Soyo.

#### 3.5.6 – Província de Malanje

1. - Estabelecimento penitenciário de Malanje.
  - Sector Feminino de Malanje;
2. - Estabelecimento penitenciário de Cacuso.
  - Sector Feminino de Cacuso.
3. - Estabelecimento penitenciário da Damba.

#### 3.5.7 – Província do Bié

1. - Estabelecimento penitenciário do Kuito.
  - Sector feminino do Bié.
2. - Estabelecimento penitenciário do Kapolo.

#### 3.5.8 – Província do Cunene

1. - Estabelecimento penitenciário do Cunene.
  - Sector Feminino do Cunene.

#### 3.5.9 – Província do Huambo

1. - Estabelecimento penitenciário do Cambiote.
  - Sector Feminino do Cambiote.

#### 3.5.10 – Província de Cabinda

1. - Estabelecimento penitenciário do Yabi.
  - Sector Feminino do Yabi.
2. – Cadeia civil.

#### 3.5.11 – Província da Huila

1. - Estabelecimento penitenciário do Lubango.
  - Sector Feminino do Lubango.

#### 3.5.12 – Província do Uige

1. - Estabelecimento penitenciário do Uige.
  - Sector Feminino do Uige.
2. – Estabelecimento penitenciário do Kindoki.

#### 3.5.13 – Província da Lunda-Sul

1. - Estabelecimento penitenciário da Lunda-Sul.
  - Sector Feminino da Lunda-Sul.
2. – Estabelecimento penitenciário da Luzia.

#### 3.5.14 – Província do Kwanza-Norte

1. - Estabelecimento penitenciário do Kwanza-Norte.
  - Sector Feminino do Kwanza-Norte.

#### 3.5.15 – Província da Lunda-Norte

1. - Estabelecimento penitenciário da Lunda-Norte.
  - Sector Feminino da Lunda-Norte.

#### 3.5.16 – Província do Bengo

1. - Estabelecimento penitenciário do Bengo.
  - Sector Feminino do Bengo.

### 3.5.17 – Província do Kuando-Kubango

1. - Estabelecimento penitenciário do Kuando-Kubango.
  - Sector Feminino do Kuando-Kubango.
2. – Estabelecimento penitenciário de Mavinga.
3. – Estabelecimento penitenciário do Kuito Kuanavale.

### 3.5.18 – Província do Moxico

1. - Estabelecimento penitenciário do Moxico.
  - Sector Feminino do Moxico.

## **3.6 - Estrutura Organizacional do Complexo Prisional de Viana<sup>13</sup>**

No âmbito do presente trabalho de investigação da realidade penitenciária angolana, fizemos uma visita de estudo às instalações do Complexo Prisional de Viana, sita no Município de Viana, a 15 km de Luanda, o qual ocupa uma superfície de 1.536,40 m<sup>2</sup>. Este complexo é o maior do país e tem uma capacidade de internamento de 2. 876 reclusos, distribuídos do seguinte modo<sup>14</sup>:

- 2.448 Reclusos masculinos (comporta 4 edifícios A, B, C, D e quatro tendas gigantes).
- 428 Reclusos femininas (comporta 1 edifício de rés-do-chão e 1º andar).

Visto que a Escola é um elemento essencialmente útil e indispensável para a actividade de reeducação no sistema penitenciário, servindo como suporte básico para a aprendizagem de conhecimentos, hábitos, habilidades e valores comportamentais, o complexo possui uma Escola do Iº e IIº Ciclo do ensino secundário denominada “9139”, com 4 salas de aulas e mais duas salas adjacentes, cuja capacidade é de 25 a 36 alunos cada, respectivamente, onde são leccionadas aulas da 5ª à 10ª classes. Este complexo alberga as seguintes áreas:

- Procuradoria-Geral da República, que funciona num único gabinete;
- Área de Segurança Penal com uma sala;

---

<sup>13</sup> No anexo nº 2 estão representadas algumas fotos ilustrativas do complexo prisional de Viana.

<sup>14</sup> Cfr. Anexo.

- A Área de Assistência médica e medicamentosa, que compreende consultório médico, farmácia, laboratório de análises clínicas, enfermaria com duas salas de internamento (sendo uma para homens e outra para mulheres), e uma sala de tratamento e respectivos serviços administrativos.
- Área de Reeducação Penal com três (3) salas de trabalho;
- Área de Psicoterapia, com uma sala onde os psicólogos e sociólogos fazem o acompanhamento psicoterapêutico dos reclusos;
- Área de Controlo Penal com duas salas.
- Área de Produção Penal com uma sala;
- Área de Cadastramento Penal com uma sala;
- Área de Estatística Penal com uma sala;
- Área de Arquivo Penal com uma sala.

## **CAPÍTULO IV**

# **AS FUNÇÕES DO SISTEMA PENITENCÁRIO**

#### 4.1 - Ressocialização. Os Perigos da Estigmatização

A pena privativa de liberdade representa um instrumento de reacção do Estado contra aquelas condutas que põem em causa bens jurídicos fundamentais, bem como constitui um poderoso instrumento de prevenção da sociedade sobre as consequências do crime.

A função preventiva da pena é discutida por vários cultores da Dogmática Penal, da Criminologia, da Psicologia, da Sociologia e até mesmo da Criminalística. Na base do dilema situa-se a velha questão de saber se o cumprimento da pena dá lugar à ressocialização do criminoso ou, ao contrário, à sua estigmatização pela sociedade.

Foucault (1997) entende que a liberdade é um bem pertencente a todos e a sua privação teria um preço equivalente, sendo um castigo igualitário<sup>15</sup>. A prisão tem o papel de transformar o indivíduo, impondo-lhe disciplina. Todavia, afastada do acto de ressocializar os indivíduos, a prisão acaba por demonstrar a falência de seus métodos através das seguintes constatações:

- As prisões não diminuem as taxas de criminalidade;
- A detenção provoca reincidência: depois de sair da prisão, tem-se mais chances de voltar para ela do que antes, facto que ocorre se as oportunidades de emprego no mercado escassearem;
- As prisões fabricam delinquentes, além de favorecerem a solidariedade entre eles.

Contrariamente aos argumentos de Foucault, Bauman (1999) defende que o encarceramento sob vários tipos de métodos e rigor tem sido o principal modo de lidar com sectores problemáticos e difíceis de controlar a população<sup>16</sup>.

Na sua análise sobre o cárcere, Alessandro Barata observa que a sua função principal é a de manter indivíduos desiguais, sendo este o elemento principal para a criação de uma população criminosa. Barata adianta igualmente que a pena restritiva de liberdade deixa marcas estigmatizantes no indivíduo e não produz o efeito ressocializador e reeducador em que está baseada, mas, ao contrário, acaba por conferir ao indivíduo o papel de delinquente<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> FOCAULT, Michael. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU editora, 2003, p. 55.

<sup>16</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Globalização – as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1999, p. 40.

<sup>17</sup> Cfr. BARATA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. Rio de Janeiro, ed. Freitas Bastos, 1999, pp.7 à 15.

Da análise da tese de Barata sobre o cárcere, pode-se deduzir que a prisão é, na sua visão, um fenómeno de desculturação por meio do qual o indivíduo perde as condições de viver em liberdade, assim como o senso de auto-responsabilidade do ponto de vista económico e social. A estigmatização<sup>18</sup> consiste numa atitude negativa e preconceituosa a que as pessoas anteriormente condenadas a penas de prisão passam a estar sujeitas, dificultando a sua reinserção e retorno pacífico à convivência social. A estigmatização apresenta-se, assim, como elemento transformador da identidade social da população penal. As atitudes discriminatórias e estigmatizantes contra a população penal ferem o princípio da dignidade da pessoa humana consagrado no artigo 31.º, nº 2 da CRA, e representam uma flagrante violação da proibição de tratamentos degradantes plasmada na parte final do artigo 60.º da Lei Fundamental.

#### **4.2- Situação Actual dos Direitos Humanos nos Estabelecimentos Penitenciários**

Quando se fala em Direitos Humanos, a primeira apreciação que provavelmente vem à cabeça é o fim da 2ª Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas.

A criação das Nações Unidas foi um marco importantíssimo na evolução do conceito dos Direitos Humanos que se consubstancia fundamentalmente na definitiva internacionalização dos direitos fundamentais.

Mas certamente pode-se estar com uma visão um tanto ou quanto equivocada sobre a sua verdadeira origem, a menos que se queira referi-la apenas ao século XX, que foi marcado por duas grandes Guerras, que causaram milhões de vítimas. De realçar que aquele foi o século em que mais se falou sobre tal assunto, colocando em vigor o que há muito não passava de documentos sem validade prática.

Foi justamente nesse século que ocorreram as maiores atrocidades causadas pelo homem, tomemos como exemplo o extermínio de milhões de judeus entre os anos de 1939 e 1945,

---

<sup>18</sup> “A estigmatização consiste em rotular negativamente determinada pessoa, em função da sua situação prisional anteriormente vivida”. Conceito disponível em [www.url:http://sociologia jurídica](http://sociologia.juridica.org.br/estigmatizacao), estigmatização (sociologia), intopédia Porto Editora 2003-2012, p. 4; consultado em 29/01/2015.



bem como o de outros indivíduos tidos na época como diferentes, incluindo pessoas com opções políticas, ideológicas, sexuais, culturais, de cor de pele, entre tantos outros factores que as diferenciavam dos que pertenciam a uma espécie de “elite” (arianos puros), criada por Adolf Hitler e seus colaboradores. Após anos de muita luta, terminada a 2ª Guerra Mundial, finalmente, em 1945, a ONU é criada com a finalidade de ser a principal responsável pela garantia da paz no mundo até os dias de hoje<sup>19</sup>.

Sabe-se que o direito é um sistema de normas de conduta impostas por determinadas instituições para regular as relações sociais (direito objectivo).

Os Direitos Humanos são os direitos e liberdades básicas de todos os seres humanos e estão plasmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948. Trata-se de um direito internacional constitucionalmente consagrado.

As expressões Direitos Humanos e Direitos Fundamentais são sinónimas mas por vezes geram na doutrina alguma divergência. Apesar da semelhança de sentidos, diz-se que a expressão “Direitos Humanos” é utilizada no plano do Direito Internacional, ou seja, é o termo a que se recorre para designar os direitos do homem que são válidos para todos os povos e em todos os tempos, assumindo neste último sentido a dimensão de direitos naturais, ao passo que os “Direitos Fundamentais” têm o seu âmbito de consagração no direito interno ou quando se pretende referir os direitos garantidos por cada Estado aos seus cidadãos<sup>20</sup>.

Como mecanismo de tutela ou efectivação de Direitos Humanos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi criada a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP), que é uma instituição das Nações Unidas vocacionada para apreciar os litígios que tenham como objecto a violação dos Direitos Humanos. Este Comité ou Comissão funciona como uma verdadeira instância jurisdicional mas os casos que aprecia não devem à partida ter sido interpostos pelas partes ligadas a qualquer instituição internacional, sob pena de o Comité não conhecer o caso deles.

Em África, sob a égide da União Africana, foi criada a Comissão Africana dos Direitos Humanos. Ao nível da SAADC, existe o Tribunal Pan-Africano sediado em Windhoek,

---

<sup>19</sup> Disponível em [www.url:http//](http://www.url:http//) *Direitos humanos face a história da humanidade*. P. 33 e ss. Consultado aos 20/01/2015.

<sup>20</sup> Cfr. ANDRADE, José Carlos Vieira. *Direitos Fundamentais* (artigo), in *pólis Enciclopédia Verbo da sociedade e do Estado*, Lisboa/São Paulo, Vol. II, 1984, p. 601 e ss.

República da Namíbia, que é uma instituição jurisdicional com competência para apreciar litígios entre Estados membros ou entre um Estado e a SAADC. Este tribunal possui uma Secção que vela pelas questões atinentes aos Direitos Humanos<sup>21</sup>.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, estão consagrados os ideais a serem alcançados por todos os povos e nações, a fim de que todas as pessoas e estruturas da sociedade façam um esforço no sentido de observarem constantemente esses ideais, por forma a cimentar o respeito pelos direitos e liberdades dos cidadãos e a garantir o seu reconhecimento e aplicação efectiva no mundo inteiro.

A República de Angola é um Estado Democrático e de Direito, que tem como fundamentos a soberania assente no poder popular, a separação de poderes e interdependências de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política, a democracia representativa e participativa e que se baseia na dignidade da pessoa humana e no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem, quer como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados.

Quanto à tutela dos direitos humanos, o artigo 26.º, nº 3, da CRA de 2010<sup>22</sup> consagra a recepção automática das normas internacionais relativas à matéria de direitos fundamentais.

No que respeita à problemática dos direitos humanos nos estabelecimentos prisionais, o Executivo angolano envidou um grande esforço na promoção do processo de produção legislativa reguladora para suprir as carências de regulamentação actualizada que o sistema penitenciário apresentava nos últimos anos, processo que culminou com aprovação pela Assembleia Nacional, em 2008, da Lei Penitenciária.

Esta Lei constitui um instrumento jurídico de grande valia para a dignidade e ressocialização dos reclusos e sua reinserção na sociedade, permitindo a implementação de várias medidas para se estabelecer a comunicação sistemática entre um meio fechado (prisão) e o meio social aberto (liberdade condicional e não só).

---

<sup>21</sup> Foi no âmbito da tutela dos Direitos Humanos que, em 2008, o Tribunal da SADC condenou o Zimbabwe a indemnizar os fazendeiros brancos que viram as suas terras expropriadas, com recurso a meios de agressão e violência que contrariam os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e de outros instrumentos jurídicos internacionais, consagradores de Direitos Humanos.

<sup>22</sup> Nos termos do nº 3 do artigo 26.º da Constituição da República de Angola, na apreciação de litígios pelos tribunais angolanos relativos aos direitos fundamentais, aplicam-se os instrumentos internacionais a eles relativos, ainda que não sejam evocados pelas partes.

De realçar que a Lei nº 8/08, de 29 de Agosto (Lei Penitenciária), não foi, até à presente data, regulamentada pelo Executivo angolano<sup>23</sup>. Tal regulamentação decorre de uma norma imperativa consagrada no artigo 111.º desta Lei e a sua omissão não garante, no plano jurídico, a uniformidade e a igualdade na aplicação da Lei, determinando a permanência de lacunas que não permitem a necessária sistematização das matérias relacionadas com o sistema penitenciário causando, deste modo, constrangimentos aos aplicadores e prejuízos aos destinatários.

Os regulamentos contêm normas complementares ou secundárias que desenvolvem ou aprofundam a disciplina jurídica constante de uma Lei<sup>24</sup> e são, por vezes, imprescindíveis à sua correcta aplicação.

Por outro lado, pode não haver, sem eles, uma compreensão exacta da sua estrutura orgânica, do seu regime de funcionamento e das competências dos órgãos e serviços dos estabelecimentos prisionais, cuja definição tem de ser feita por diploma legal aprovado pelo Executivo angolano. A título de exemplo, não é possível proceder, por enquanto, à classificação, constituição e encerramento dos estabelecimentos prisionais sem normas regulamentares – art. 98.º, nº 3º, da Lei nº 8/88.

As unidades penitenciárias possuem regulamentos de funcionamento interno privativos, nos quais vem disciplinada a organização carcerária ou prisional e as respectivas funções<sup>25</sup>. Estes instrumentos de funcionamento necessitam, entretanto, de força jurídica, pelo que é urgente que a Lei seja devidamente regulamentada por forma a garantir a sua adequada execução.

---

<sup>23</sup> Nos termos do artigo 111.º da Lei nº 8/08, de 29 de Agosto, a presente Lei devia ser regulamentada pelo Governo no prazo de 150 dias contados da data da sua entrada em vigor.

<sup>24</sup> Cfr. Amaral, Diogo Freitas do *Curso de Direito Administrativo*. Coimbra editora, Vol. II, 4ª reimpressão da edição de 2001, p. 159.

<sup>25</sup> Cfr. Art. 104.º da Lei nº 8/08, de 29 de Agosto (Lei Penitenciária).

### **4.3 - Os Efeitos Positivos da Prisão**

Em nossa modesta opinião e fruto da experiência da vida, sem desprimor para as teses científicas anteriormente apresentadas sobre a matéria, a prisão tem como fundamentação filosófica a confinamento do delinquentes a um espaço, objectivando a aprendizagem do isolamento mediante a sua segregação do convívio familiar, dos amigos e de outras relações socialmente significativas. Com o cárcere, espera-se que o recluso reflecta quotidianamente sobre o mal que provocou à sociedade e interiorize que a referida conduta é contrária as prescrições normativas.

O facto de a justiça ser monopólio do Estado e a pena aplicada por órgãos estaduais com poder jurisdicional fazem por si só, com que o recluso compreenda que a sua conduta pôs em causa bens ou valores jurídicos tutelados pelo próprio Estado.

O recluso na prisão tem a obrigação de realizar trabalhos internos regulares e, por sua vez, a oportunidade de desenvolver actividades vocacionais ou profissionalizantes de acordo com as suas aptidões. Este facto permite que no fim do cumprimento da pena o recluso regresse ao convívio social, preparado para uma vida digna.

### **4.4 - O Trabalho Prisional**

O trabalho prisional vem consagrado no artigo 59.º, do Código Penal, em vigor e está-o agora no art. 59.º, da Lei nº 8/08, de 29 de Agosto (Lei Penitenciária).

Reza o primeiro dos preceitos invocados que “os condenados a penas privativas de liberdade são obrigados a trabalhar na medida das suas forças e aptidões” e que esse trabalho será organizado de modo a promover a sua regeneração e readaptação social e a permitir-lhes a aprendizagem ou o aperfeiçoamento de um mester ou ofício.

Teria lugar quer em “oficinas e explorações industriais ou agrícolas próprias dos estabelecimentos prisionais” ou, até fora das prisões, de acordo com o que fosse definido por legislação especial.

Por sua vez, o art. 60.º, da Lei nº 8/08 dispõe que o recluso “é obrigado a realizar o trabalho e as demais actividades adequadas à sua situação que lhe forem destinadas, tendo em consideração “o seu estado físico e mental” e as suas “necessidades de aprendizagem nos vários misteres”.

No actual estado da legislação, **trabalhar é uma obrigação** dos condenados a penas de privação de liberdade.

Mas, quer o trabalho quer a formação e o aperfeiçoamento profissional ou as actividades de ergoterapia que realizem visam, no fundamental, criar, manter e desenvolver no recluso a sua capacidade de realizar uma actividade com que possa angariar o seu sustento e o da sua família, sendo, por conseguinte, vectores de reinserção social (Cf. art. 59.º, nº 4, do mesmo diploma legal - Lei 8/88).

Não é, pois, necessário o consentimento dos reclusos para que eles trabalhem enquanto cumprem a pena de prisão, a não ser para:

- Frequentarem cursos de formação e aperfeiçoamento profissionais, mudarem de ofício ou profissão ou participarem noutras formas de instrução ou aperfeiçoamento (art. 59.º, nº 4, da Lei nº 8/88);
- Realizarem serviços auxiliares no estabelecimento prisional por tempo superior a 3 meses (art. 60.º, nº 2, da mesma Lei); e
- Prestarem trabalho a entidades privadas (art. 60.º, nº 4, do mesmo diploma legal).

Na escolha do trabalho, devem ter-se em conta, nos limites compatíveis com uma relação profissional racional, as capacidades físicas e intelectuais, aptidões profissionais e aspirações individuais dos reclusos, assim como a duração da pena a cumprir, as actividades anteriormente exercidas, aquelas a que possam dedicar-se após a libertação e a influência que o trabalho possa exercer na sua reinserção social (art. 59.º, nº 7, da Lei Penitenciária).

O trabalho dos reclusos não deve ter carácter infamante e a sua atribuição não deve constituir perigo para o recluso (art. 59.º, nº 2, da Lei nº 8/88) e, na medida do possível, ser economicamente produtivo (art. 59.º, nº 3, do mesmo diploma legal).

A Lei Penitenciária, no seu art. 60.º, n.º 3, estabelece que as pessoas com idade superior a 65 anos e as mulheres no período de gravidez, puerpério ou situações similares previstas na legislação laboral comum podem ser isentas do dever de trabalhar.

Todavia, nos termos do art. 9.º, do Regulamento para a Organização do Trabalho Prisional nos Estabelecimentos Prisionais, aprovado pelo Decreto n.º 64/04, de 1 de Outubro, o limite para os reclusos é de 60 anos, 5 anos a menos, isto é, os estabelecimentos prisionais poderão dispensar os reclusos de trabalhar, logo que eles atinjam a idade de 60 anos.

Face a esta discrepância, põe-se o problema de saber qual o preceito aplicável: o art. 60.º, n.º 3, da Lei n.º 8/08 ou o art. 9.º, do Regulamento?

Poder-se-ia ser tentado a considerar o Regulamento (Lei especial) e a Lei Penitenciária (Lei geral) e, conseqüentemente, concluir que, de acordo com o princípio de que a Lei especial revoga, em princípio, a Lei geral, o diploma prevalecente é o Regulamento.

No entanto, não nos parece que seja assim. Um regulamento é sempre um diploma hierarquicamente inferior a uma Lei. E a questão de saber qual, face a dois diplomas, é o geral e qual é o especial só pode colocar-se quando ambos têm o mesmo valor hierárquico.

No caso concreto em análise, o Regulamento não tem força de Lei e, por conseguinte, não cria nem pode criar nenhum regime que se desvie do regime geral. Para tanto, haveria de ter forma de Lei. O que ele faz, como resulta do seu preâmbulo é “regular” a Lei Geral do Trabalho. Entretanto, é a Lei Penitenciária que, nos seus arts. 59.º e 60.º, **cria o regime especial de trabalho para os reclusos**. Enfim, a Lei especial é a Lei Penitenciária e, por essa razão e não só, é ela que se aplica.

O trabalho prisional é remunerado. Tanto assim que a Lei diz que o remanescente dos valores referentes à retribuição pelo trabalho prestado pelo recluso ser-lhe-á entregues no acto da sua soltura (art. 60.º, n.º 5) e, além disso, ser remunerado pelo trabalho que realize” é um dos seus direitos (art. 6.º n.º 2 d) da Lei n.º 8/08).

De qualquer modo, seria bom que estes aspectos da remuneração do trabalho profissional dos reclusos fossem devidamente regulamentados e clarificados.

#### 4.5 - Natureza jurídica do trabalho prisional

A Lei Geral do Trabalho (Lei nº 7/15, de 15 de Junho, adiante designada por LGT) prevê na alínea b), do nº 1, do artigo 11.º, o trabalho prisional em instituições penitenciárias como uma relação jurídico-laboral de carácter especial.

Em princípio, sendo uma relação jurídico-laboral, ela deveria constituir-se nos termos do artigo 10.º, da L.G.T, por via de **contrato** ou, excepcionalmente, por **nomeação**.

Da análise dos preceitos dos arts. 59.º e 60.º, da Lei nº 8/08 (Lei Penitenciária) e do Decreto nº 64/04, de 1 de Outubro, constata-se que a relação jurídico-laboral nos estabelecimentos penitenciários não resulta de um contrato. O trabalho prisional apresenta-se, assim, nos termos da primeira parte do artigo 8.º, do Decreto nº 64/04, como uma obrigação do recluso, não sendo para o efeito relevante a sua vontade ou o consentimento para a prestação da actividade laboral.

O legislador estabeleceu como limites para o exercício da actividade laboral do recluso apenas critérios de natureza psicossomática, tais como o seu estado físico ou mental, desde que comprovado pelo médico, e as suas necessidades de aprendizagem aos vários níveis.

O trabalho prisional apresenta no nosso ordenamento jurídico algumas especificidades que importa aqui escarpelizar:

- O vínculo jurídico-laboral estabelece-se entre o estabelecimento prisional e o recluso;
- A organização e os métodos de trabalho prisional são definidos pela penitenciária e aproximam-se das condições de trabalho análogas fora dos estabelecimentos prisionais;
- Contrariamente ao disposto no ponto 19, do artigo 3.º, da Lei Geral do Trabalho, os locais de trabalho dos reclusos podem ser as oficinas, explorações agro-pecuárias das penitenciárias, bem como Empresas e serviços públicos ou privados. Todavia, nas relações laborais normais, o local de trabalho corresponde ao local em que o trabalhador se encontra administrativamente dependente para receber instruções quanto ao serviço a realizar e para prestar contas da actividade desenvolvida (artigo 77.º, nº 1, *in fine*, da LGT);

- À semelhança dos contratos de trabalho em geral, o trabalho prisional dá direito a uma remuneração. Isso resulta indirectamente, como vimos, do teor art. 60.º, n.º 5 (“O remanescente do rendimento do trabalho prestado pelo recluso ser-lhe-á entregue no acto da sua soltura”) e do art. 6.º (o recluso tem o direito a ser remunerado pelo trabalho que realize), ambos da Lei n.º 8/08 e do art. 16.º, do Decreto n.º 64/04, nos termos do qual o trabalho prisional dá direito a uma remuneração compatível com a natureza da prestação laboral realizada.

O artigo 59.º, deste mesmo Decreto estabelece que a remuneração do recluso deve ser efectuada nos termos de um regulamento aprovado especificamente para o efeito. Da pesquisa efectuada junto do Complexo Prisional de Viana, constatou-se que, até ao momento, este regulamento não foi aprovado, pelo que a remuneração tem sido feita por critérios discricionários aprovados pelos órgãos de Direcção dos estabelecimentos prisionais. A necessidade desse Regulamento resulta mesmo do imperativo constante do art. 111.º, da Lei n.º 8/08, como também já se disse.

Apesar de o legislador estabelecer no artigo 60.º, do Decreto n.º 64/04, os critérios para a graduação da remuneração, designadamente, o local de trabalho, a natureza do trabalho, o rendimento e a qualificação profissional do recluso, entendemos que, como consequência do princípio do respeito pela dignidade da pessoa humana previsto no artigo 31.º, n.º 2, da CRA de 2010 e das imposições da Lei Penitenciária, é urgente a regulamentação da remuneração do trabalho prisional para salvaguarda dos direitos e liberdades fundamentais dos próprios reclusos.

Nos termos do artigo 63.º, do Decreto n.º 64/04, a remuneração do recluso pode ser feita por tarefa ou por dia de trabalho. Entretanto, a Lei atribui competências ao Ministro do Interior para alterar os valores mínimos devidos à remuneração dos reclusos, nos termos do artigo 70.º, e seguintes do mesmo diploma.

Do estudo efectuado em torno do Complexo Prisional de Viana, verificamos igualmente que a retribuição não é entregue mensalmente ao recluso após a prestação da actividade à qual se encontra vinculado. Quer isto dizer que o recluso tem direito a receber a retribuição integral somente quando for posto em liberdade (art. 60.º, n.º 5, da Lei n.º 8/08 e art.º 76.º, *in fine*, do Decreto n.º 64/04). Por outro lado, a remuneração do recluso constitui igualmente o meio por



via do qual o mesmo participa nos custos do seu internamento na Penitenciária (*v.g: despesas resultantes da sua instalação, alimentos, roupas e serviços*)<sup>26</sup>.

Quanto à duração do trabalho prisional, o Decreto nº 64/04, no artigo 19.º, remete para o regime geral, mormente para os artigos 92.º e 93.º, da LGT<sup>27</sup>.

A questão da natureza jurídica do trabalho prisional tem suscitado acesos debates na doutrina. Por um lado, há sectores da doutrina que questionam a conformidade deste trabalho com os princípios estruturantes do Direito do Trabalho, ao passo que outros reconhecem a utilidade e razão de ser deste trabalho, sustentando os seus pontos de vista na necessidade de convívio e aperfeiçoamento profissional do recluso.

Nesta senda, Luís Roque LEMOS (1998) entende que o trabalho prisional não contribui para a reinserção do recluso na sociedade, uma vez que ele tem a ideia de que é utilizado pela instituição para manter a ordem e a disciplina<sup>28</sup>.

Para HASSEN /1999), o trabalho prisional, além de ser muito importante como factor ressocializador do indivíduo que cumpre pena privativa de liberdade, propicia a melhoria das suas relações inter-pessoais com a sua família, uma vez que, na realização destas actividades, o recluso pode contribuir para o sustento da família ao contrário de depender dela. HASSEN considera igualmente que o ambiente de trabalho no sistema prisional também é considerado positivo, por criar laços sociais de convivência entre presos-trabalhadores, e pelo facto de que dentro do ambiente de trabalho a relação se altera<sup>29</sup>.

O trabalho prisional é considerado pelos reclusos como uma forma de passar o tempo, já que esta actividade laboral não difere significativamente das actividades laborais comuns.

---

<sup>26</sup> Nos termos do art. 38.º e ss. do Decreto nº 64/04, de 1 de Outubro.

<sup>27</sup> Lei Geral do Trabalho, Lei nº 7/15, de 15 de Junho.

<sup>28</sup> Cfr. LEMOS, Ana Margarete, MAZZILLI, Cláudio, KLERING, Luís Roque. *Análise do Trabalho Prisional: um estudo exploratório*. RAC, vol. 2, Nº 3, Set/Dez.1988.

<sup>29</sup> Cfr. HASSEN, Maria Nazareth Agra. *O trabalho e os dias: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão*. Porto Alegre. Tomo editorial, 1999.

#### **4.6 - Interpretação do artigo 14.º, do Decreto nº 64/04, de 1 de Outubro. Outros vectores da ressocialização (educação e o preenchimento dos tempos livres)**

Da leitura e interpretação do artigo 14.º, do Decreto nº 64/04, de 1 de Outubro, constata-se que a actividade a exercer pelo recluso pode ser efectuada quer nos estabelecimentos prisionais quer nos de outras pessoas colectivas públicas ou privadas.

Para uma melhor compreensão desta matéria, soube-se de fontes oficiais durante o trabalho de estudo que efectuamos junto do Complexo Prisional de Viana, em Viana, Província de Luanda, que a Direcção dos Serviços Penitenciários do Ministério do Interior celebrou um contrato de prestação de serviços com a Empresa GRUPO TELLES, tendo esta construído instalações fabris neste complexo, vocacionadas para as artes e ofícios (área fabril, marcenaria, serralharia, pintura, alfaiataria, caixilharia, construção civil e obras públicas). Alguns reclusos, com determinadas aptidões profissionais, são escolhidos e integrados nesta Empresa para nela prestarem serviço.

A Empresa gestora das instalações fabris efectua, no final de cada mês, um depósito nos serviços de contabilidade do complexo prisional de Viana, como contrapartida do trabalho prestado pelos reclusos.

Segundo a praxe que vigora nesta instituição, se os respectivos familiares necessitarem de algum valor para cobertura de necessidades do recluso, podem solicitá-lo mediante o preenchimento de um formulário/requerimento disponível na Repartição de Finanças.

O procedimento mais utilizado para a reinserção social dos reclusos, é a ocupação dos reclusos em actividades desportivas, culturais e religiosas. Estas actividades têm muita aderência dos reclusos.

## **4.7 - Os Efeitos Negativos da Prisão**

### **4.7.1 - O carácter criminógeno das prisões e a problemática do uso do uniforme nas audiências de julgamento e a posição dos tribunais angolanos sobre a matéria**

O sistema penitenciário angolano, não está ainda suficientemente dotado de instrumentos normativos que disciplinam de modo satisfatório quer a organização, quer o funcionamento do sistema.

Recentemente, surgiu ao nível da jurisprudência angolana uma polémica relacionada com o uso dos uniformes pelos detidos nas audiências de julgamento. O assunto veio à colação com o caso mediático que envolveu funcionários Seniores do Serviço de Migração e Estrangeiros, em 2008.

No centro da questão estava uma ordem exarada por um Juiz da 5ª Secção da Sala dos Crimes Comuns do Tribunal Provincial de Luanda, nos termos da qual os réus deveriam fazer-se apresentar nas audiências trajados do uniforme dos detidos. Segundo o magistrado, a exigência do uniforme constitui um imperativo que encontra a sua fundamentação na Portaria nº 17076, de 20 de Março 1959.

Não se conformando com a referida ordem, a defesa dos réus alegou em sede do recurso extraordinário de inconstitucionalidade da decisão proferida pelo Tribunal Provincial de Luanda, que aquela imposição do uniforme era manifestamente inconstitucional, tendo o juiz a quo decidido ao ‘alvedrio da constituição’.

Efectivamente, é nosso entendimento que a imposição aos detidos do uso obrigatório no tribunal do uniforme dos detidos constitui uma inconstitucionalidade material. A Portaria nº 17076, de 20 de Março de 1959, não se adequa ao contexto actual do sistema penitenciário angolano. A Portaria nem sequer se refere, nos seus 19 artigos, ao problema do uso de uniforme. Por outro lado, o referido instrumento jurídico foi aprovado com a finalidade de disciplinar os poderes do Ministério Público, no exercício da acção penal.

Não se compreende por que razão o tribunal de primeira instância terá sustentado a sua decisão com base num instrumento que nem sequer versa sobre a matéria de facto objecto da polémica.

Outrossim, em obediência ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, plasmado no n.º 2, do artigo 31.º, da CRA de 2010 e do princípio da presunção da inocência, previsto no artigo 67.º, n.º 2, do mesmo diploma, a decisão do tribunal de primeira instância afigura-se inconstitucional.

Eis um fragmento do Acórdão n.º 122/2010, que considerou inconstitucional a ordem de uso obrigatório no tribunal do uniforme dos presos:

*“---no que toca à imposição feita aos recorrentes, publicamente, de uso obrigatório no tribunal da farda dos presos, usada pelos serviços penitenciários, entende este tribunal que o juiz ‘‘ a quo ’, ao alvedrio da Constituição, violou o preceituado no artigo 32.º.*

*Efectivamente, esta imposição e o modo e circunstâncias em que ocorreu, redundaram numa manifesta e censurável ofensa à dignidade dos recorrentes, à sua integridade pessoal e ao direito que lhes assiste de serem tratados pelos entes públicos com respeito e consideração (artigo 1.º, 31.º, n.º 2, e alínea b) do artigo 36.º, todos da CRA, assim como o artigo 5.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem”.*

#### **4.8 - Reclusos Detidos – Reclusos Condenados a Cumprirem Pena. Necessidade Imperiosa de Tratamento Diferenciado**

Quanto à distinção entre **detido** e **recluso**, não há uma diferença juridicamente fundamentada. Diz-se que detido é aquela pessoa que se encontra privada da liberdade na fase de instrução preparatória e contraditória, ou seja, antes da pronúncia. Na actual fase da legislação processual penal angolana, detido é o arguido preventivamente preso. Nos termos do Código do Processo Penal e da Lei n.º 18 – A/92 (Lei da Prisão Preventiva)<sup>30</sup>, detenção e prisão preventiva são termo e expressão equivalentes, ao contrário do que se passa em outras ordens jurídicas, nomeadamente, na portuguesa.

---

<sup>30</sup> Revogada pela Lei n.º 25/15, de 18 de Setembro, que aprova a Lei das Medidas Cautelares em Processo Penal.

Contrariamente, o recluso condenado é a pessoa que se encontra privada da liberdade após sentença judicial condenatória transitada em julgado, isto é, desde a condenação até cumprimento total da pena, ou seja, recluso é todo aquele que se encontra privado da sua liberdade. Assim, fala-se de reclusos detidos (presos preventivamente) e reclusos condenados.

A própria Lei nº 8/88 dá solução a este problema, ao definir o recluso como “todo aquele que é legalmente internado no estabelecimento. Recluso é o género. **Detido** e **condenado**, as espécies em que o género se desdobra.

A prisão tem a função de ressocializar o delinquente, pune-o (é essa a natureza da pena) e afasta-o do convívio social, mas ao mesmo tempo, a sua finalidade é recuperar esse indivíduo por forma a capacitá-lo para voltar a conviver no seio da sociedade a que pertence. Os Serviços Prisionais controlam 22.826 reclusos, sendo 12.077 condenados e 10.749 detidos<sup>31</sup>.

#### 4.9 - Situação dos Menores Filhos de Mães Reclusas

Uma especial atenção, durante a visita efectuada ao complexo, recaiu sobre as crianças internadas com as mães reclusas. A Lei Penitenciária não é omissa quanto à regulação desta matéria. *O que acontece é que, também neste aspecto, não está regulada.*

Nos termos do art. 15.º, da Lei nº 8/08, de 29 de Agosto, durante os três primeiros anos de vida, as crianças podem viver na prisão com as mães, se disso resultar vantagem para elas e se quem tiver o direito de lhes fixar residência o permitir, devendo as reclusas tratar dos filhos, em especial, durante o primeiro ano de vida e autorizadas a viver com eles nas condições estabelecidas no regulamento interno do estabelecimento prisional. Para tanto, devem ser criados compartimentos adequados às reclusas-mães, separados dos restantes pavilhões, por forma a “**atender**” às necessidades higiénico-sanitárias e pedagógicas das crianças.

Queremos acreditar que, num futuro breve, com a reforma da Lei Penal em curso no país, possam ser consagradas pelo legislador ordinário, formas alternativas de responsabilização

---

<sup>31</sup> Discurso proferido pelo Comissário Prisional Principal, **António Fortunato**, Director Nacional dos Serviços Penitenciários de Angola, publicado da edição de 08 de Janeiro de 2015, do Jornal de Angola.

criminal que não lesem tão profunda e gravemente direitos fundamentais e que, em consequência, diminuam os casos de internamentos de filhos de reclusas.

Referimo-nos, sobretudo, aos projectos de implementação, num futuro breve, de alternativas adequadas e eficazes à pena de prisão, as quais irão seguramente contribuir para o descongestionamento significativo das celas dos estabelecimentos prisionais, em particular, dos destinados a reclusas-mães assim como para a redução dos custos financeiros e materiais que o Estado suporta, garantindo, ao mesmo tempo, por este modo, um processo de ressocialização dos reclusos socialmente mais fácil e eficaz<sup>32</sup>.

#### **4.10 - Reclusos Menores e Jovens Reclusos. Situação e Condições Específicas do Cumprimento das Respectivas Penas**

Está em funcionamento um estabelecimento prisional para delinquentes mais jovens, na região do Wuaku Kungo, Província do Kwanza-Sul. Nesta estrutura, estão a ser criadas as condições para uma adequada reabilitação, formação e encaminhamento social dos jovens em conflito com a Lei, acabando, deste modo com a promiscuidade actual no internamento de jovens delinquentes, na maioria primários, com criminosos já altamente cadastrados<sup>33</sup>.

Entretanto, “nos casos em que seja forçoso”, o internamento de reclusos, dos 16 aos 21 anos, “no mesmo estabelecimento” em que estão detidos ou a cumprir pena, reclusos com mais de 21 anos, devem os primeiros ser separados de modo a evitarem-se “quaisquer” contactos. É, pelo menos, o que reza o nº 3, do artº 22.º, da Lei Penitenciária, preceito que exprime o que “deve ser”, mas que, por regra e infelizmente, ainda “não é”.

---

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Disponível em [www.url:http://portalangop.co.ao](http://portalangop.co.ao) in *População Penal em Angola*, p. 1. Consultado em 29/04/2015.

## CONCLUSÕES

A tão prazerosa incursão sobre obras e documentos atinentes ao sistema penitenciário angolano, apelou-nos a obter tamanhas responsabilidades, visto que estávamos diante de uma temática que por si só, carrega uma gama elevada de situações convergentes aos direitos e dignidade da pessoa humana – uma vertente muito propalada e discutida na sociedade angolana de hoje. Por este facto, exigiu de nós uma grande concentração nos objectivos propostos. Desde já, para não os perdermos de vista nem nos esparecermos em generalidades conjunturais que, aparentemente podiam nos parecer não fúteis.

É com este “espírito de missão” que buscamos os dados, apreciámo-los, sistematizámo-los, discutimo-los e depreendemos que, finalmente, o sistema penitenciário vigente na República de Angola é, na sua essência, uma herança do sistema que vigorou durante a época colonial, apesar de terem sido aprovados vários instrumentos jurídicos, com vista a organização e ao funcionamento do sistema penitenciário. Assim, como a redefinição dos direitos, deveres e liberdades da população penal, pois, pareceu-nos que a estrutura organizacional e o quadro legislativo regulador destas instituições, não têm conhecido progressos significativos, se tivermos como padrões de comparação a realidade vigente nos países do primeiro mundo, ou mais estritamente falando, Brasil e Portugal, cujas realidades mereceram curta abordagem neste trabalho.

Depreendemos ainda que, o quadro legislativo que regula o sistema penitenciário angolano é manifestamente desajustado à actual realidade sócio-económica do país. Entretanto, é nosso entendimento que a Lei Penitenciária, aprovada a 29 de Agosto de 2008, que revogou toda a legislação penitenciária até então vigente, se tivesse sido já totalmente adoptada, passaria, certamente, a garantir, de modo satisfatório e eficaz, a execução das penas e medidas de segurança privativas de liberdade impostas pelos tribunais.

A par disso, constatamos que o cárcere por si só não resolve o dilema da delinquência. É necessário que outras medidas sejam delineadas para que se possa com sucesso enfrentar o fenómeno da criminalidade, tais como, a título de exemplo: a ocupação dos tempos livres da juventude, o reforço do papel das famílias no processo de socialização dos jovens, a aprovação de medidas punitivas que não impliquem necessariamente a privação da liberdade,

mas que possam contribuir para a inserção social dos jovens, nomeadamente o trabalho comunitário e outros similares.

Um dos aspectos que apelou grandemente a nossa atenção foi o olhar sobre os diferentes instrumentos jurídicos internacionais que, consagram normas de protecção dos reclusos, bem como o enfoque jurídico à situação das crianças que habitam nos estabelecimentos prisionais com as mães reclusas e à situação e condições específicas do cumprimento de pena dos reclusos menores e jovens reclusos, que a nosso entender, clamam por uma revisão imediata com vista ao seu melhor enquadramento contextual, em salvaguarda de interesses que melhor abonam a dignidade humana e dos menores, em particular. Por conseguinte, ainda que a Lei Penitenciária regule o cumprimento da pena de prisão por mãe solteira acompanhada de filhos de tenra idade que, com ela viva no estabelecimento prisional, reforçamo ser uma matéria que não pode deixar de ser objecto de regulamentação e actualização permanente.

Realtivamente a natureza jurídica do trabalho prisional, a Lei Geral do Trabalho prevê para o trabalho a prestar nos estabelecimentos prisionais um regime especial a regular por Lei. Nesta conformidade, foi publicado o Decreto nº 64/04, de 1 de Outubro, que aprovou o Regulamento para Organização do Trabalho Prisional nos Estabelecimentos Prisionais. Só depois disso, a Lei nº 8/08, de 29 de Agosto, estabeleceu, nos seus arts. 59.º e 60.º, o “*regime especial*” a que se refere a Lei Geral de Trabalho. As normas desses dois diplomas (***Lei nº 8/08 e Decreto nº 64/04***) colidem, por vezes, como tivemos oportunidade de ver. Sempre que isso ocorra, prevalecem as normas da Lei nº 8/08, que é de hierarquia superior e, além disso, “*especial*” no que se refere ao trabalho dos reclusos.

Finalmente, apuramos que o controversio uso do uniforme por parte dos presos nas audiências de julgamento, para o caso concreto analisado neste trabalho (***caso mediático que envolveu funcionários seniores do SME***) é uma exigência inconstitucional, tendo sido violados princípios plasmados na CRA. Assim, por via de rigor, entenda-se por detido todo o cidadão nacional ou estrangeiro que seja um arguido em prisão preventiva; e recluso é todo aquele que está legalmente privado da sua liberdade dentro de um estabelecimento prisional. Pode ser recluso detido ou recluso condenado por sentença transitada em julgado.

Em face do quadro genérico estudado com este trabalho, e no intuito de não nos escarpamos da “obrigação” de contribuímos modestamente para uma sociedade cada vez melhor,



julgamos pertinente concluir com o presente trabalho, espelhando alguns desejos à laia de sugestões e/ou recomendações, tais como se afere abaixo:

1. Que o Executivo regule a Lei Penitenciária, de forma a garantir, em geral, a sua adequada execução;
2. Que o Ministério do Interior prossiga os esforços que vem fazendo para melhorar a organização e funcionamento dos serviços penitenciários;
3. Que o sistema penitenciário respeite com maior empenho, direitos e liberdades fundamentais dos detidos e reclusos, consagrados na CRA e em outros instrumentos jurídicos internacionais sobre direitos humanos (Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de 1948, as Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos da ONU de 1955, o Pacto dos Direitos Civis e Políticos da ONU de 1977 e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais dos Povos de 1966);
4. É importante que, no âmbito da reforma da legislação penal e processual-penal em curso no país, se incluam as garantias de protecção dos direitos dos reclusos;
5. Que relativamente aos prazos de prisão preventiva, se exija do Ministério Público uma acção mais vigorosa para que esses prazos não sejam excedidos;
6. No que toca ao trabalho prisional, que se aprove um regulamento para disciplinar a relação jurídico-laboral dos reclusos, a fim de se acautelarem as flagrantes violações de direitos a que se assiste nos estabelecimentos prisionais do país nesta matéria. Ou que essa disciplina seja contemplada no regulamento geral da Lei 8/08, de 29 de Agosto;
7. Que no actual contexto de reconstrução nacional, se adoptem formas de punição alternativas à pena de prisão, medida que teria, desde logo, como efeito muito positivo, para o sistema penitenciário, o descongestionamento dos já saturados estabelecimentos prisionais e, consequentemente, aliviar o Orçamento Geral do Estado;
8. Que se estabeleça uma correcta e adequada regulamentação da situação das mães reclusas acompanhadas na prisão de filhos de tenra idade;

9. Que os Serviços Penitenciários se esforcem para que os reclusos menores de 21 anos sejam separados dos reclusos “adultos” do mesmo estabelecimento, de modo a que os primeiros não sofram a influência negativa dos segundos, que em muitos casos, os últimos, são pessoas com cadastro criminal perigoso.

## REFERÊNCIAS

- ✓ ANDRADE, José Carlos Vieira de. *Direitos Fundamentais* (artigo), in *polis Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, Lisboa/São Paulo, vol II, 1984.
- ✓ BAUMAN, Zygmunt. *Globalização – as Consequências Humanas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 1999.
- ✓ BARATTA, Alessandro. *Criminologia Critica e Critica do Direito Penal*: Rio de Janeiro, ed. Freitas Bastos, 1999.
- ✓ HASSEN, Maria Nazareth Agra. *O Trabalho e os Dias: Ensaio Antropológico sobre Trabalho, Crime e Prisão*. Porto Alegre: tomo editorial, 1999.
- ✓ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis-Vozes 2000, Microfísica do Poder, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- ✓ LEMOS, Ana Margarete; Mazzilli, Claudio, Klering, Luís Roque. *Análise do Trabalho Prisional: Um Estudo Exploratório*, vol.2, nº 3, Set/Dez. 1998.
- ✓ PERROT, 1988, apud Breitman, 1989.
- ✓ RAMOS, Vasco Grandão. *O Sistema Prisional Angolano*. In *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto*.
- ✓ SERVIÇOS Prisionais - Ministério do Interior da República de Angola. *Cartilha de Procedimentos dos Reclusos nos Estabelecimentos Prisionais*.
- ✓ TRIBUNAL Constitucional da República de Angola. *Acórdão nº 122/2010*.

## Legislação

- ✓ Constituição da República de Angola, 2010.
- ✓ Código Penal Angolano, 1866.
- ✓ Código de Processo Penal Angolano, 1929.
- ✓ Decreto-Lei nº 35007, de 13 de Outubro de 1945.
- ✓ Lei nº 02/2015, de 02 de Fevereiro.
- ✓ Lei nº 8/08, de 29 de Agosto (Lei penitenciária)
- ✓ Lei nº 2/00, de 11 de Fevereiro (Lei Geral do Trabalho)
- ✓ Portaria nº 17076 de 20 de Março de 1959.

## **Netgrafia**

- ✓ [www url:http://angoladigital.net](http://angoladigital.net), in população penal em Angola.
- ✓ [www url:http://sistema prisional português](http://sistema prisional português).
- ✓ [www url:http://sistema prisional brasileiro](http://sistema prisional brasileiro).
- ✓ [www url:http://direitos humanos em face a historia da humanidade](http://direitos humanos em face a historia da humanidade).
- ✓ [www url:http://sociologia jurídica estigma \(sociologia\), intopédia porto editora 2003-2012](http://sociologia jurídica estigma (sociologia), intopédia porto editora 2003-2012).
- ✓ [www url:http://exameangola.net](http://exameangola.net).
- ✓ [www url:http://portalangop.co.ao](http://portalangop.co.ao), in população penal em Angola.

## **ANEXOS**

ANEXO Nº 1



REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SERVIÇO PENITENCIÁRIO  
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E ANÁLISE

SITUAÇÃO OPERATIVA SEMANAL Nº 29 REFERENTE ÀS 8h DO DIA 13 A 15 DE FEVEREIRO DE 2016

1. AVALIAÇÃO OPERATIVA  
A) QUADRO DE EXISTÊNCIA

PROVÍNCIAS	EST. PENITENCIÁRIOS	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO PENAL POR FAMÍLIA CRIMINAL												DIFERENÇA	ENTRADA	SAÍDA	CAPACIDADE EFECTIVA	SUPERLOTAÇÃO	
		BLOCO - A			BLOCO - B			BLOCO - C			SOS-TOTAL								TOTAL ACTUAL
		Crime contra pessoa			Crime contra propriedade			Crime contra ordem e tranquilidade pública			SOS-TOTAL								
		DET.	Cond.	Total	DET.	Cond.	Total	DET.	Cond.	Total	DET.	Cond.	Total						
LUANDA	Cadeia Central de Luanda	851	80	140	501	169	690	12	8	20	593	237	850	-1	0	1	800	50	
	Hosp. Penit. de S Paulo	130	23	18	41	27	51	28	10	38	76	52	130	0	2	2	200	-70	
	Sector Fem. de S Paulo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Estab. Penit. de Viana	4,692	1,171	1,303	2,373	93	2,466	895	98	983	4,439	323	4,762	70	83	13	2,384	2,378	
	Estab. Penit.Fem.Viana	268	41	50	91	53	84	117	24	28	52	118	142	260	2	4	2	450	-160
	Estab. Penit. de Kaila	1,097	89	229	318	220	468	6	88	93	314	753	1,097	0	0	0	1,058	38	
	Estab. Penit. de Colômbola	1,452	351	24	375	910	43	953	97	37	134	1,358	1,402	0	0	0	1,300	-38	
	Hosp. Pol. Penitenciário	44	12	5	17	5	3	6	7	1	8	24	9	33	-11	1	12	90	-17
	Sector Fem. Hosp. Pol.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Sub Total	8,534	1,787	618	2,285	4,089	882	4,971	1,043	270	1,338	8,924	1,570	8,354	60	30	8,443	2,151	
BENGUELA	Estab. Penit. de Cavaco	1,594	60	510	579	258	837	161	391	552	479	1,113	1,592	-2	24	26	1,500	62	
	Estab. Fem. de Cavaco	91	1	78	79	5	4	9	2	1	3	8	91	0	0	0	80	11	
	Estab. Penit. Lobito	289	75	6	81	115	38	154	1	18	19	191	63	254	-5	0	120	134	
	Estab. Penit. Cubal	69	7	11	18	24	9	33	8	0	8	39	20	59	0	0	30	29	
	Sector Fem. do Cubal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Estab. Penit. Ganda	24	0	0	0	0	24	0	0	0	0	0	24	0	0	0	12	12	
	Sub Total	2,027	143	614	757	402	279	681	172	410	682	717	1,033	2,020	-7	24	31	1,742	278
	Sector Fem. do Sumbe	980	105	230	335	133	300	433	71	134	205	315	654	979	-1	0	1	550	329
	Sector Fem. do Sumbe	9	0	3	3	0	4	4	2	0	2	2	7	9	0	0	0	40	-10
	Estab. Penit. de Gabela	30	0	11	11	0	13	13	0	0	6	0	30	30	0	0	0	0	0
NAMIBE	Sector Fem. da Gabela	2	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0
	Sector Penit. juvenis	1,266	113	321	434	147	415	562	77	182	259	337	610	1,255	-1	0	1	1,297	-42
	Sub Total	360	42	89	131	74	112	186	9	22	31	125	223	348	-2	2	4	350	48
	Estab. Penit. do Namibe	4	0	1	1	0	1	1	0	1	0	1	3	3	-1	0	1	0	3
	Sector Fem. do Namibe	1,116	0	846	846	0	285	285	0	0	0	0	1,111	1,111	-5	0	5	1,500	-389
	Estab. Penit. de Bengibla	1,470	42	936	978	74	378	452	9	23	32	125	1,462	-8	2	10	1,800	-338	
	Sub Total	417	45	90	135	103	85	188	55	41	96	203	216	419	2	10	8	163	256
	Estab. Penit. de M'B Congo	19	1	1	2	0	0	0	13	3	16	14	4	18	-1	0	1	6	12
	Sector Fem. de M'B Congo	241	19	31	50	43	48	92	41	58	89	103	138	241	0	0	0	220	21
	Estab. Penit. do Soyo	5	0	0	0	0	1	1	2	2	4	2	3	6	0	0	0	0	5
ZAIRE	Sector Fem. do Soyo	882	85	122	187	145	135	281	111	104	215	322	351	683	1	10	9	339	254
	Sub Total	485	110	65	175	110	45	165	80	72	160	303	182	490	5	7	2	300	190
	Estab. Penit. de Malanje	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Sector Fem. de Malanje	13	2	1	3	3	1	4	5	1	6	10	3	13	0	0	0	45	-32
	Estab. Penit. de Cacuato	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Sector Fem. de Cacuato	719	110	147	287	100	180	330	47	83	130	307	410	717	-2	0	2	1,216	-499
	Estab. Penit. de Damba	1,217	222	213	435	253	235	489	140	155	295	625	655	1,220	3	7	4	1,581	-341
	Sub Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



PROVÍNCIAS	EST. PENITENCIÁRIOS	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO PENAL POR FAMÍLIA CRIMINAL												ENTRADA	SAÍDA	CAPACIDADE EFECTIVA	SUPERLOTAÇÃO			
		BLOCO - A				BLOCO - B				BLOCO - C										
		Crime contra pessoa				Crime contra propriedade				Crime contra ordem e tranquilidade pública										
		DET.	Cond.	Total	DET.	Cond.	Total	DET.	Cond.	Total	DET.	Cond.	Total							
BIÉ	Estab. Penit. do Kuito	700	118	132	248	152	163	315	68	73	141	336	308	704	4	2	850	-148		
	Sector Fem. do Bié	17	1	5	6	1	5	6	2	3	5	4	13	17	0	0	17	0		
	Estab. Penit. do Namito	138	0	40	40	0	55	55	0	42	42	0	137	137	-1	0	400	-263		
	Subt. Total	855	117	177	294	163	223	376	70	118	188	340	518	858	3	6	1.260	-392		
CUNENE	Estab. Penit. do Cunene	1.021	45	321	366	45	411	456	32	178	210	122	910	1.032	11	14	1.500	-468		
	Sector Fem. do Cunene	11	0	4	4	0	6	6	0	2	2	0	11	11	0	0	0	11		
	Subt. Total	1.032	45	325	370	45	416	461	32	180	212	122	921	1.043	11	14	1.500	-457		
	Estab. Penit. do Cambilata	1.086	118	429	547	237	222	459	40	41	81	385	892	1.087	9	7	1.600	287		
HUAMBO	Sector Fem. do Cambilata	42	20	40	0	0	0	0	0	1	1	20	21	41	0	1	0	41		
	Subt. Total	1.138	138	449	587	237	222	459	40	42	82	415	913	1.128	9	7	1.600	328		
	Estab. Penit. do Yabi	369	71	66	129	95	72	157	41	39	80	197	169	366	-3	0	208	158		
	Sector Fem. do Yabi	12	1	2	3	2	3	5	2	2	4	5	7	12	0	0	0	12		
CABINDA	Cadeia Civil	75	5	20	26	8	25	33	4	11	15	18	55	74	-1	0	1	96	-22	
	Subt. Total	466	78	90	158	95	100	195	47	52	99	220	232	462	-4	0	4	304	148	
	Estab. Penit. do Lubango	741	216	80	296	159	127	286	95	75	170	470	262	752	11	14	3	520	232	
	Sector Fem. do Lubango	40	21	10	31	2	0	7	0	1	1	23	16	39	-1	0	1	0	39	
ILULUE	Subt. Total	781	237	90	327	161	132	293	95	76	171	493	298	791	10	14	4	520	271	
	Estab. Penit. do Uilje	484	205	0	205	163	0	163	101	0	101	469	0	469	5	6	1	250	219	
	Sector Fem. do Uilje	14	5	1	6	4	1	5	2	1	3	11	3	14	0	0	0	14	0	
	Estab. Penit. do Kirokiki	416	0	187	187	0	145	145	0	85	85	0	418	418	2	2	0	650	-232	
L. SUL	Subt. Total	894	210	188	398	167	147	314	103	86	189	480	421	901	7	8	1	900	1	
	Estab. Penit. da Lunda-Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	350	-350	
	Sector Fem. da Lunda-Sul	3	0	0	0	0	0	0	1	2	3	1	2	3	0	0	0	3	3	
	Estab. Penit. da Lunda-Sul	392	32	123	155	162	96	218	6	10	16	200	189	389	-3	0	3	475	-66	
K. NORTE	Subt. Total	385	32	123	155	162	96	218	7	12	19	201	191	392	-3	4	7	826	-433	
	Estab. Penit. do K. Norte	303	13	155	168	49	127	176	18	42	60	80	324	404	11	12	1	226	178	
	Sector Fem. K. Norte	8	1	4	5	1	0	1	0	2	2	2	6	8	0	0	0	0	8	
	Subt. Total	401	14	159	173	50	127	177	18	44	62	82	330	412	11	12	1	226	185	
L. NORTE	Estab. Penit. da L. Norte	328	51	68	149	39	76	115	17	45	62	107	219	326	-2	0	2	505	26	
	Sector Fem. L. Norte	5	1	1	2	0	1	1	0	1	1	1	1	3	-1	0	1	0	4	
	Subt. Total	333	52	69	151	39	77	116	17	46	63	108	222	330	-3	0	3	300	30	
	Estab. Penit. do Bengo	880	22	270	301	30	305	400	9	174	193	66	818	834	4	8	4	1.066	-184	
BENGO	Sector Fem. do Bengo	9	1	0	1	2	2	4	1	2	3	4	4	8	-1	0	1	0	8	
	Subt. Total	889	23	279	302	37	367	404	10	176	196	70	822	842	3	8	5	1.068	-176	
	Estab. Penit. do K. Kubango	586	57	123	180	207	146	353	47	6	58	311	278	689	3	3	0	500	80	
	Sector Fem. do K. Kubango	7	4	0	4	1	1	2	1	0	1	6	1	7	0	0	0	7	7	
K. KUBANGO	Estab. Penit. de Mavinga	8	0	5	5	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	150	-142	
	Sector Fem. de Mavinga	8	0	3	3	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	-96	
	Subt. Total	594	61	131	192	208	162	360	48	9	57	317	292	699	3	3	0	780	-141	
	Estab. Penit. do K. Kuamavala	304	35	60	104	85	80	166	19	15	34	140	164	304	0	3	3	200	104	
MOXICO	Sector Fem. do Moxico	3	0	0	0	1	0	1	1	1	2	2	1	3	0	0	0	0	3	0
	Subt. Total	307	35	69	104	87	80	167	20	16	36	142	165	307	0	3	3	200	107	
	TOTAL POP. MASCULINO	22.754	3.296	4.712	8.008	6.400	4.316	10.305	2.931	1.949	3.883	11.817	10.971	22.754	60	208	128	21.332	1.492	
TOTAL POP. FEMININO	508	98	181	279	72	96	170	63	53	106	223	332	655	-4	4	8	143	12		
TOTAL POPULAÇÃO PENAL	23.262	3.394	4.893	8.287	7.192	5.212	11.075	3.564	2.482	4.939	12.100	11.309	23.349	75	212	136	21.475	1.504		

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E ANÁLISE DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO/ININT

## **ANEXO Nº 2**

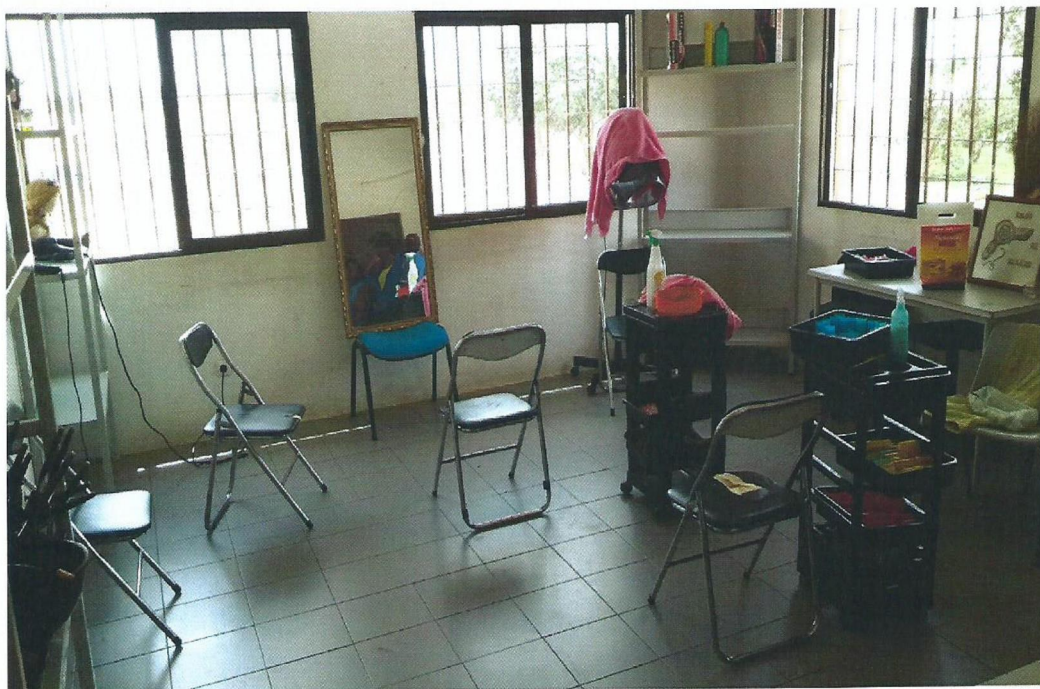


Vista de uma das alas do Complexo Prisional de Viana, em  
Luanda<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Idem; consultado em 29/01/2015





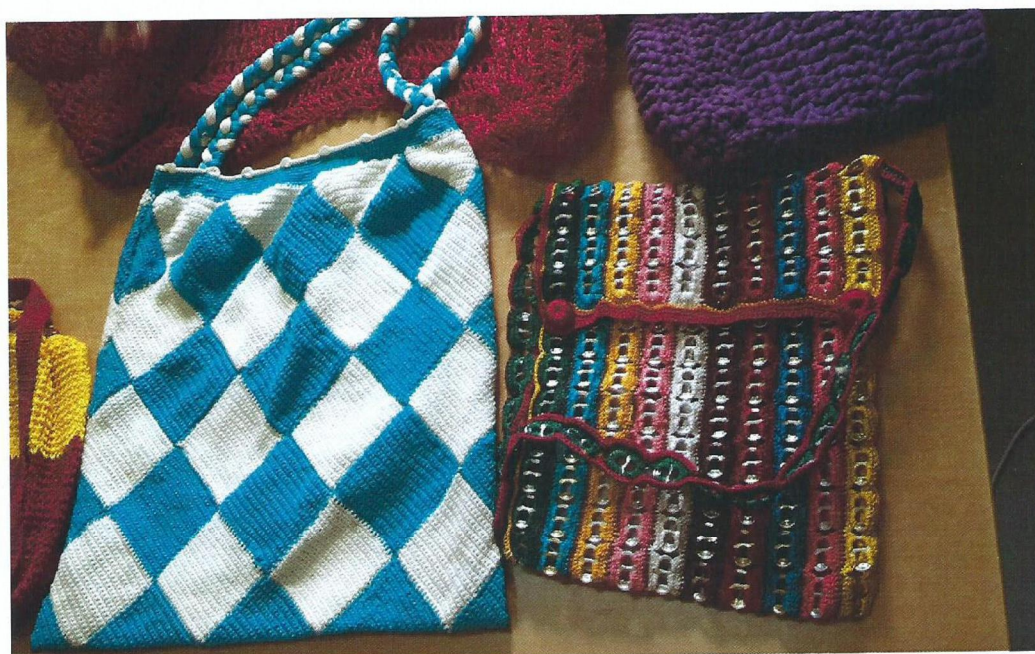
**Salão de beleza e sala de costura do Estabelecimento Prisional  
Feminino do Complexo Prisional de Viana**







**Sala de costura do Estabelecimento Prisional Feminino do Complexo Prisional de Viana**







**Complexo Prisional de Viana**





**ANEXO Nº 3:**



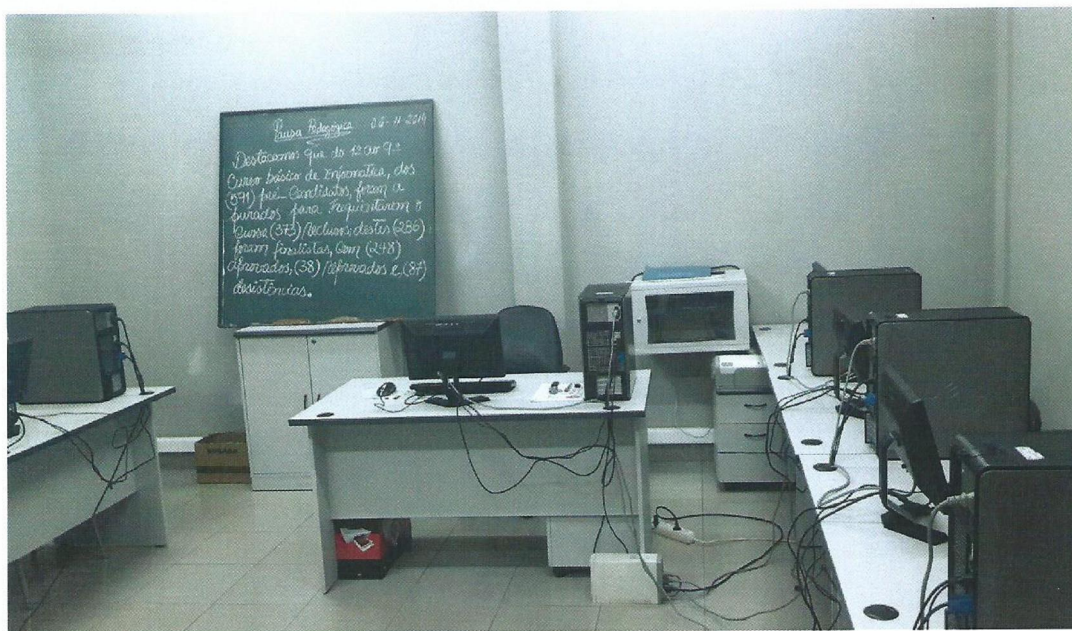




**Parte exterior do Estabelecimento Prisional de Caxito**







**Sala de informática do Estabelecimento Prisional de Caxito**



**ANEXO Nº 4:**



**Equipamentos técnicos para oferecer novas oportunidades de reintegração social aos reclusos**






**Campo de cultivo**





**ANEXO Nº 5**

Gf TC  
27/



REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
MINISTÉRIO DO INTERIOR  
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

DECRETO EXECUTIVO CONJUNTO Nº 231 /012  
DE 21 DE Agosto

Considerando o Decreto Executivo Conjunto nº 169/10, de 07 de Dezembro que autoriza a criação de salas de aulas nos estabelecimentos prisionais para permitir a garantia da educação aos jovens e adultos reclusos;


Ao abrigo do disposto no artigo 71º da Lei nº 13/01, de 31 de Dezembro – De Bases do Sistema de Educação, conjugado com disposições do Decreto-Lei nº 5/02, de 1 de Fevereiro que define as condições e procedimentos de elaboração e gestão dos quadros de pessoal da Administração Pública;

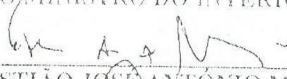
Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República nos termos do artigo 137º da Constituição da República, e de acordo com o artigo 19º nº 2 do Decreto Legislativo Presidencial nº 1/010 de 05 de Março; determina-se:

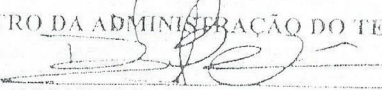
1. É criada a Escola nº 9139 do Ensino Primário, 1º e 2º Ciclos do Ensino Secundário, sita no Estabelecimento Prisional de Viana, província de Luanda, com 6 salas de aulas, 18 turmas, 3 turnos e capacidade para 630 alunos.
2. É aprovado o respectivo Quadro de Pessoal, da escola ora criada, constantes dos modelos anexos ao presente Decreto Executivo, dele fazendo parte integrante.

PUBLIQUE-SE

LUANDA, AOS 21 DE Agosto DE 2012.

O MINISTRO DA EDUCAÇÃO,  
  
-PINDA SIMÃO.-

O MINISTRO DO INTERIOR,  
  
-SEBASTIÃO JOSÉ ANTÓNIO MARTINS.-

O MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO,  
  
-BORNITO BALTAZAR DE SOUSA.-

21 8 0300 12



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 130,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henriques de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impressanacional.gov.ao - End. teleg. «Imprensa».

ASSINATURA	Ano
As três séries	Kz: 440 375,00
A 1.ª série	Kz: 260 250,00
A 2.ª série	Kz: 135 850,00
A 3.ª série	Kz: 105 700,00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

## SUMÁRIO

### Presidente da República

**Decreto Presidencial n.º 198/12:**  
Observa a tolerância de ponto em todo o território nacional, no dia 26 de Setembro de 2012.

### Ministérios do Interior, da Administração do Território e da Educação

**Decreto Executivo Conjunto n.º 391/12:**  
Cria a Escola n.º 9139 do Ensino Primário, I e II Ciclos do Ensino Secundário, sita no Estabelecimento Prisional de Viana, Província de Luanda, com 6 salas de aulas, 18 turmas, 3 turnos e aprova o quadro de pessoal.

### Ministérios da Administração do Território e da Educação

**Decreto Executivo Conjunto n.º 392/12:**  
Cria a Escola do II Ciclo do Ensino Secundário da A. D. P. P., sita no Município da Dala, Província da Lunda-Sul, com 12 salas de aulas, 3 turnos e aprova o quadro de pessoal.

### Ministérios da Educação e da Saúde

**Despacho Conjunto n.º 2033/12:**  
Nomeia Alfredo Malengue Sachama, para exercer o cargo de Director da Escola de Formação de Técnicos de Saúde na Província do Bie.

### Ministério da Defesa Nacional

**Despacho n.º 2034/12:**  
Exonera Amílcar Vasco Cumandala, do cargo de Chefe de Departamento de Planificação e Sistemas de Forças da Direcção Nacional de Política de Defesa.

**Despacho n.º 2035/12:**  
Nomeia Amílcar Vasco Cumandala, Sebastião António Valentim e Manuel Dias Caniço, para os respectivos cargos de Chefe de Departamento para Assuntos de Defesa e Forças Armadas, Chefe de Departamento de Relações Interministeriais e Chefe de Repartição para Assuntos Multi-Sectoriais do Departamento de Relações Interministeriais da Direcção Nacional de Política de Defesa.

**Despacho n.º 2036/12:**  
Nomeia João Luísa Augusto Almeida, para exercer o cargo de Assessor

**Despacho n.º 2037/12:**  
Nomeia António da Rocha Penelas Santana, para exercer o cargo de Chefe do Gabinete de Comunicação & Imagem da Caixa de Segurança Social IAA.

### Ministério da Educação

**Despacho n.º 2038/12:**  
Nomeia Maria de Lourdes Gandala Kajama, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário, Diplomada do 3.º Escalão, colocada na Escola n.º 819-IMNL-Cacuaco, Província de Luanda.

**Despacho n.º 2039/12:**  
Nomeia Luzia Adão, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário, Diplomada do 1.º Escalão, afecta à Repartição da Educação do Município de Kambambe, Província do Kwanza-Norte.

**Despacho n.º 2040/12:**  
Nomeia Maria Clair Leitão Cordeiro da Silva, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário, Diplomada do 3.º Escalão, colocada no Gabinete dos Recursos Humanos deste Ministério.

**Despacho n.º 2041/12:**  
Nomeia José Manuel Moreno Fernandes, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário, Diplomado do 5.º Escalão, colocado no Município de Viana.

**Despacho n.º 2042/12:**  
Nomeia José Adão João, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário, Diplomado do 6.º Escalão, colocado na Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia do Namibe.

**Despacho n.º 2043/12:**  
Nomeia Esperança de Jesus Tuamoni, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário, Diplomada do 4.º Escalão, colocada na Escola n.º 1025 - Oscar Ribas, Província de Luanda.

**Despacho n.º 2044/12:**  
Coloca Alberto Aires Filipe dos Santos, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário, Diplomado do 6.º Escalão, no Instituto de Investigação e Desenvolvimento da Educação afecto a este Ministério.

**Despacho n.º 2045/12:**  
Exonera Maculo Valentim Afonso do cargo de Chefe de Departamento de Pós-Alfabetização da Direcção Nacional da Educação de Adultos.

**Despacho n.º 2046/12:**  
Exonera Irene Agostinho Neto Cardoso do cargo de Chefe do Departamento de Infra-Estruturas, Equipamento e Móveis



Despacho n.º 2047/12

Nomeia os Professores do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomados da Província do Bié.

## **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

**Decreto Presidencial n.º 198/12**  
de 25 de Setembro

O Povo Angolano exerceu com civismo e patriotismo nas eleições gerais de 31 de Agosto do ano em curso, o seu direito de voto constitucionalmente consagrado:

Tendo em conta que, nos termos do artigo 114.º da Constituição da República de Angola, o Presidente da República eleito deve tomar posse nos 15 dias após a publicação oficial dos resultados eleitorais definitivos:

Tendo sido manifestada por todo o País, pelos diferentes estratos da nossa sociedade a vontade de se comemorar condignamente este acto tão singular, que ocorrerá no dia 26 de Setembro de 2012;

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 10/11, de 16 de Fevereiro:

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

Artigo 1.º — É observada a tolerância de ponto em todo o território nacional, no dia 26 de Setembro de 2012.

Artigo 2.º — A tolerância de ponto ora decretada não abrange os trabalhadores que laborem em regime de turnos.

Artigo 3.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

Artigo 4.º — O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 25 de Setembro de 2012.

O Presidente da República, JOSE EDUARDO DOS SANTOS.

## **MINISTÉRIOS DO INTERIOR, DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA EDUCAÇÃO**

**Decreto Executivo Conjunto n.º 391/12**  
de 25 de Setembro

Considerando o Decreto Executivo Conjunto n.º 169/10, de 7 de Dezembro, que autoriza a criação de salas de aulas nos estabelecimentos prisionais para permitir a garantia da educação aos jovens e adultos reclusos:

Ao abrigo do disposto no artigo 71.º da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro — De Bases do Sistema de Educação,

Fevereiro, que define as condições e procedimentos de elaboração e gestão dos quadros de pessoal da Administração Pública:

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República, e de acordo com o artigo 19.º n.º 2 do Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/10, de 5 de Março; determina-se:

1.º — É criada a Escola n.º 9139 do Ensino Primário, I e II Ciclos do Ensino Secundário, sita no Estabelecimento Prisional de Viana, Província de Luanda, com 6 salas de aulas, 18 turmas, 3 turnos e capacidade para 630 alunos.

2.º — É aprovado o respectivo quadro de pessoal, da escola ora criada, constantes dos modelos anexos ao presente Decreto Executivo Conjunto, dele fazendo parte integrante.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Agosto de 2012.

O Ministro do Interior, *Sebastião José António Martins*.

O Ministro da Administração do Território, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

O Ministro da Educação, *Pinda Simão*.

### **Modelo para Criação/Legalização da Escola**

I

#### **Dados Sobre a Escola**

Município: Viana.

Escola: n.º 9139.

Nível de Ensino: Primário, I e II Ciclos do Ensino secundário.

Classes que lecciona: 1.ª a 12.ª Classe.

Zona Geográfica/Quadro Domiciliar (b): Urbana.

N.º de Salas de aulas: 6. N.º de Turmas: 18. N.º Turnos: 3.

N.º de alunos/Sala: 35. Total de Alunos: 630.

II

#### **Quadro de Pessoal**

Necessidades do pessoal	Categoria / cargo (c)
	Director
	Subdirector Pedagógico
	Subdirector Administrativo
	Chefe de Secretaria
36	Pessoal Docente
3	Pessoal Administrativo
3	Auxiliar de Limpeza
2	Operário não Qualificado
Total de trabalhadores	60

Sexta-feira 20 de Março de 1959

I Série — Número 63



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NUMERO — \$80

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a subsídios e à assinatura do Diário do Governo, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 5 exemplares anónimos de gratificação.

## ASSINATURAS

As três séries . . .	Ano 1959	Semestre . . . . .	200\$
A 1.ª série . . . .	140\$	100\$	100\$
A 2.ª série . . . .	120\$	80\$	80\$
A 3.ª série . . . .	120\$	80\$	80\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos artigos (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto de selo. Quantos a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37 701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

## Imprensa Nacional de Lisboa

### AVISO IMPORTANTE

Encontrando-se publicado o índice da 1.ª série do «Diário do Governo» respeitante ao ano de 1957, será o mesmo enviado desde já a quem o pretenda adquirir, mediante pedido feito a esta Imprensa.

## SUMÁRIO

### Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Decreto-Lei n.º 42 189:

Aprova, para ratificação, o Acordo sobre as prestações familiares dos trabalhadores migrantes, assinado em Paris em 30 de Outubro de 1953.

### Ministério do Ultramar:

Portaria n.º 17 076:

Torna extensivo às províncias ultramarinas, observadas as alterações constantes da presente portaria, o Decreto-Lei n.º 35 007, que remodela alguns princípios básicos do processo penal.

Portaria n.º 17 077:

Dá nova redacção ao quadro 1 da alínea b) do artigo 10.º da Portaria n.º 13 275, que reorganiza e muda geodrográfrica da Guiné, criada pelo Decreto-Lei n.º 33 609.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

### Decreto-Lei n.º 42 189

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É aprovado, para ratificação, o Acordo sobre as prestações familiares dos trabalhadores migrantes, assinado em Paris em 30 de Outubro de 1953, cujo texto em francês e respectiva tradução portuguesa são os que seguem em anexo ao presente decreto.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Manuel Pinto Barbosa — Afonso Magalhães de Almeida Fernandes — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mothias — Eduardo de Arantes e Oliveira — Vasco Lopes Alves — Francisco de Paula Leite Pinto — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — Henrique Veiga de Macedo — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

## Accord entre le Portugal et la France sur les prestations familiales des travailleurs migrants

Le Chef de l'Etat Portugais et le Président de la République Française,

Animés du désir d'améliorer le sort des familles demeurées dans l'un des deux pays et dont le chef est occupé dans l'autre,

Ont décidé de conclure un Accord sur les prestations familiales des travailleurs migrants et, à cet effet, ont nommé pour leurs plénipotentiaires, savoir:

Le Chef de l'Etat Portugais,

Monsieur Manuel Nunes da Silva, Conseiller d'Ambassade, Chargé d'Affaires du Portugal à Paris.

Le Président de la République Française,

Son Excellence Monsieur Louis Joxe, Ambassadeur de France, Secrétaire Général du Ministère des Affaires Étrangères,

lesquels, après avoir échangé leurs pouvoirs reconnus en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

### Article 1er

§ 1. Le travailleur salarié ou assimilé occupé sur le territoire de la France ou du Portugal et ayant des enfants qui résident dans l'autre pays a droit pour lesdits enfants aux allocations familiales selon les dispositions de la législation du pays du lieu de travail jusqu'à concurrence des montants d'allocations familiales que la législation du pays de résidence de la famille accorde.

§ 2. La comparaison des montants d'allocations familiales selon les deux législations visées au paragraphe précédent se fait pour l'ensemble des enfants relevant d'un même chef de famille.



Louis Jozé.

## MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Administração Política e Civil

Serviços de Justiça

Portaria n.º 17 076

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, ao abrigo do disposto no n.º III da base LXXXVIII da Lei Orgânica do Ultramar Português, o seguinte:

1.º — É tornado extensivo às províncias ultramarinas o Decreto-Lei n.º 35 007, de 13 de Outubro de 1945, com as alterações constantes deste número.

2.º O artigo 2.º, o n.º 3.º do artigo 3.º, o n.º 1.º do § 2.º do artigo 4.º, o artigo 5.º, o n.º 1.º do § 4.º do artigo 9.º, o § 2.º do artigo 12.º, os artigos 14.º, 15.º, 16.º e 17.º, o n.º 3.º do artigo 21.º e os artigos 23.º, 28.º, 31.º, 35.º e 49.º passam a ter a seguinte redacção:

Art. 2.º Podem exercer a acção penal, além do Ministério Público:

1.º As autoridades judiciais, nos tribunais onde não haja representante titular do Ministério Público;

2.º As autoridades administrativas, quanto às transgressões de posturas, regulamentos e editais;

3.º As autoridades policiais, quanto às infracções que devam ser julgadas em processo sumário e a todas as contravenções;

4.º Os organismos do Estado com competência para a fiscalização de certas actividades ou da execução de regulamentos especiais, quanto às contravenções verificadas no exercício dessas actividades ou contra esses regulamentos.

§ único. A remessa ao tribunal, pelas entidades referidas nos n.ºs 2.º a 4.º deste artigo, dos autos de notícia levantados nos termos do artigo 166.º do Código de Processo Penal ou dos corpos de delito devidamente organizados, quanto às infracções por que podem exercer a acção penal, equivale, para todos os efeitos, à acusação penal.

Art. 3.º

3.º De autorização do Ministro do Ultramar, quando sejam arguidos governadores-gerais ou de província, ou destes, quando sejam arguidos funcionários e agentes de serviço público que gozem de garantia administrativa, nos termos da lei.

Art. 4.º

1.º Formular a acusação independentemente da do Ministério Público e ainda que este se tenha absteído de acusar.

Art. 5.º Os assistentes deverão ser sempre representados por advogado. Havendo vários assistentes, serão todos representados por um só advogado, sem prejuízo do disposto no § 1.º do artigo 21.º do Código de Processo Penal, e, se divergirem quanto à sua escolha, decidirá o juiz.

Art. 12.º

§ 2.º São aplicáveis à instrução preparatória todas as disposições do Código de Processo Penal relativas ao corpo de delito que não contrariem o disposto no presente decreto-lei, passando, porém, a ser exercido pelo Ministério Público, nos tribunais em que esteja representado, todos os poderes e funções que no código se atribuem ao juiz nesta fase do processo, com ressalva do disposto no artigo 21.º do presente decreto-lei.

Art. 14.º A direcção da instrução preparatória cabe ao Ministério Público nos tribunais em que esteja representado, a quem será prestado pelas autoridades e agentes policiais todo o auxílio que para esse fim necessitar.

Art. 15.º Nos crimes a que corresponderem as penas referidas nos artigos 63.º e 64.º do Código de Processo Penal a instrução preparatória será, sempre que possível, presidida pelo Ministério Público, que, porém, a poderá delegar, sem prejuízo da sua direcção, nos juizes municipais de julgados correspondentes a circunscrições que não forem sede de comarcas.

Art. 16.º Nos crimes a que corresponderem as penas referidas no artigo 65.º do Código de Processo Penal, a instrução preparatória poderá ser delegada nos juizes municipais ou de paz das circunscrições ou concelhos que não forem sede de comarca e ainda nas autoridades policiais da comarca, sem prejuízo da sua direcção pelo Ministério Público, que poderá requisitar à autoridade instrutora, ou efectuar directamente as diligências complementares que reputar necessárias.

Art. 17.º Nos casos em que outras autoridades, além do Ministério Público, podem exercer a acção penal, a elas compete a instrução preparatória dos respectivos processos, podendo, contudo, o procurador da República ordenar que a instrução seja cometida à Polícia Judiciária.

Art. 21.º

3.º No prazo de quarenta e oito horas, salvo justo impedimento, será aquele presente ao juiz, com a informação do Ministério Público sobre a legalidade e conveniência da prisão preventiva ou da concessão da caução e suas condições.

Art. 23.º Trimestralmente, o Ministério Público enviará ao procurador da República relação dos autos de instrução preparatória referentes a crimes públicos a que corresponderem as penas indicadas nos artigos 63.º e 64.º do Código de Processo Penal que não conduziram a acusação. Dessa nota devem constar, resumidamente, a natureza e circunstâncias do crime denunciado e os motivos da falta de acusação.

O procurador da República, no prazo de trinta dias, poderá, em relação a qualquer processo:

1.º Mandar formular a acusação;

2.º Mandar prosseguir as averiguações, indicando as diligências que julgar convenientes;

3.º Ordenar que a instrução preparatória seja cometida à Polícia Judiciária.



autos oficiosamente ao procurador da República, que decidirá nos termos da parte final do artigo anterior.

Art. 31.º A acusação provisória para abertura da instrução contraditória só pode ser rejeitada por incompetência do juiz, por inadmissibilidade legal do procedimento criminal ou desde que não se verifique o caso do artigo 26.º

Art. 35.º Nos processos de polícia correcional por crimes a que correspondam penas referidas no artigo 64.º do Código de Processo Penal que, em razão da complexidade da causa, exijam investigação mais completa ou mais amplo esclarecimento poderá o Ministério Público requerer, no acto da acusação, a instrução contraditória, indicando logo as circunstâncias que importa esclarecer e as diligências que considera convenientes.

Art. 49.º O arguido pode constituir advogado em qualquer altura do processo.

É obrigatória a nomeação de defensor oficioso, se ainda não houver advogado constituído, no despacho de pronúncia provisória em processo de queixa. Nos processos de polícia correcional deve ser nomeado para julgamento.

Nos processos de transgressões e sumários o juiz só é obrigado a nomear defensor oficioso se o arguido o pedir ou se houver lugar à aplicação de medidas de segurança.

3.º Ao artigo 8.º é aditado o § 2.º, passando o § único a ser o § 1.º, do teor seguinte:

§ 2.º Vale como denúncia ao Ministério Público a denúncia feita aos órgãos privativos da Polícia Judiciária, nos casos em que a lei exige queixa, denúncia ou participação do ofendido ou de outras pessoas para o prosseguimento da acção penal.

4.º Ao artigo 12.º é aditado o § 3.º, do teor seguinte:

§ 3.º As buscas domiciliárias serão sempre ordenadas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, nesta fase do processo.

5.º Ao artigo 27.º é aditado o § único, do teor seguinte:

§ único. Aos assistentes não é permitida a reclamação hierárquica, mas poderão deduzir acusação, nos termos do n.º 1.º do § 2.º do artigo 4.º

2.º — 1. Enquanto não se proceder à organização da Polícia Judiciária no ultramar, as referências a esta Polícia no Decreto-Lei n.º 35 007 devem entender-se como sendo feitas aos serviços que nas províncias ultramarinas têm por fim efectuar a investigação dos crimes e descobrir os seus agentes.

fica exceptuada da última parte do número anterior.

3.º É tornado extensivo às províncias ultramarinas o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 37 047, de 7 de Setembro de 1948, com a seguinte redacção:

Art. 21.º Todos os processos da competência do tribunal municipal, excepto os que tenham por objecto questões gentílicas, poderão ser avocados em qualquer altura pelo tribunal da comarca. A iniciativa da avocação pertence ao delegado na fase da instrução preparatória em processo penal e ao juiz nos demais casos.

A avocação é obrigatória:

1.º Quando estejam excedidos os prazos legais;

2.º Quando a ordene o Tribunal da Relação, a bem dos interesses da administração da justiça.

§ único. As circunstâncias que tornarem necessárias a avocação serão comunicadas pelo juiz ao presidente da Relação e pelo delegado ao procurador da República, a fim de que estes dêem delas conhecimento ao Conselho Superior Judiciário do Ultramar para serem tomadas as providências adequadas à normalização dos serviços.

Ministério do Ultramar, 20 de Março de 1959. — O Ministro do Ultramar, Vasco Lopes Alves.

Para ser publicada no Boletim Oficial de todas as províncias ultramarinas. — Vasco Lopes Alves.

*Boletim Oficial das Ações de Abril 1959*

Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar

Comissão Executiva

Portaria n.º 17 077

Considerando que se torna necessário aumentar o posto de capitão-de-fragata na lista do pessoal que consta do artigo 10.º, alínea b), 1, da Portaria n.º 12 275, de 4 de Fevereiro de 1948:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, em harmonia com o disposto no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 35 395, de 26 de Dezembro de 1945, o seguinte:

O quadro 1 da alínea b) do artigo 10.º da Portaria n.º 12 275, de 4 de Fevereiro de 1948, passa a ter a seguinte redacção:

1) Oficiais:

Capitão-de-fragata . . . . .	125500
Capitão-tenente . . . . .	100800
Primeiro-tenente . . . . .	80800
Segundo-tenente . . . . .	60800

Ministério do Ultramar, 20 de Março de 1959. — O Ministro do Ultramar, Vasco Lopes Alves.



**REPÚBLICA DE ANGOLA**  
**TRIBUNAL CONSTITUCIONAL**

**ACORDÃO N.º122/2010**

**Processos N.º158 e N.º 159 /2010**

(Recurso Extraordinário de Inconstitucionalidade)

Acordam em Conferência no Plenário do Tribunal Constitucional:

**Maria Joaquina Domingos Campos da Silva**, casada, de 50 anos de idade, ex-directora do SME, natural de Benguela e residente em Luanda, bairro da Maianga, rua 28 de Maio; **Rosário Mariano Supi**, ex-chefe da Unidade aérea do SME em Luanda, natural e residente em Luanda, bairro da Maianga, n.º 83, Apartamento n.º 1º F e **José Domingos**, ex-chefe da Unidade Marítima do SME em Luanda, natural e residente em Luanda, rua da Samba mar n.º 1, interpuseram e fizeram seguir o presente Recurso Extraordinário de Inconstitucionalidade nos termos da alínea a) do artigo 49º da Lei n.º 3/08, de 17 de Junho, Lei Orgânica do Processo Constitucional, do Acórdão proferido no processo n.º 1765/07, pelo meritíssimo juiz da 5ª Secção da Sala dos Crimes Comuns do Tribunal Provincial de Luanda, o que fizeram apresentando em síntese, os seguintes fundamentos:

- 1.O processo-crime no qual foram condenados baseou-se no relatório de uma sindicância mandada instaurar por sua Excelência Senhor Presidente da República e que a conversão daquela sindicância em processo criminal foi feita à margem do princípio da legalidade;
- 2.As irregularidades processuais e violações de direitos fundamentais ocorreram ao longo de todo o processo tendo se reflectido tanto na acusação como no despacho de pronúncia e, conseqüentemente, na condenação em violação de princípios constitucionalmente consagrados;
3. Referem que foi violado o direito de defesa porque o Acórdão de que recorrem baseou-se em factos novos, por falta de prova dos factos iniciais de que vinham acusados e pronunciados.

*Handwritten signature and notes:*  
A  
E. Dias  
to pelo  
ninguém  
outro



paridade no posicionamento jurídico da acusação e da defesa em todos os aspectos do processo e a implementação da igualdade material das armas, como consequência da estrutura acusatória do processo penal introduzida com a entrada em vigor do Decreto-lei nº35007 de 13 de Outubro de 1945, aplicado a Angola pela Portaria nº17076 de 20 de Março de 1959 e consagrado no n.º 2, do artigo 174º da CRA.

O Tribunal Constitucional constatou que no caso em análise, este princípio acolhido no nº4 do artigo 29º da Constituição angolana que dispõe que “*todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objecto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo*” foi violado, porque os Recorrentes não tiveram as mesmas oportunidades de se defenderem das acusações do Ministério Público, como disso indicia a falta de procedência do pedido de abertura da instrução contraditória oportunamente requerida pelos mesmos.

É verdade que trata-se de uma faculdade do juiz “a quo” aceitar ou não aceitar o pedido da instrução contraditória. Porém a falta de matéria probatória e do consequente nexos de causalidade que se fizer sentir na acusação e na pronúncia, não pode decidir-se contra os réus, por imperativos constitucionais. Constatou este Tribunal que, efectivamente, a acusação do Ministério Público refere-se a indicação, de forma imprecisa e vaga de factos relacionados quer com as receitas arrecadadas nos SME, quer nas Unidades Aérea e Marítima de Luanda, sem a imputação pessoal de quaisquer factos a pessoas singulares. Comprovam este dado expressões da acusação como “o SME depositou”, o “SME dissipou”, a “Unidade Aérea de Luanda dissipou”, sem contudo se mencionar quem, como e quando terá eventualmente desencaminhado os dinheiros públicos.

A finalidade da instrução contraditória é a de possibilitar que os Réus se defendam dos factos da investigação onde têm um papel passivo bem assim como da acusação. Ora, se a acusação e a defesa gozam de igualdade de armas e de oportunidades, os Réus têm que, em concreto, poder exercer o seu direito de defesa dentro do processo, de forma eficaz.

Para além disso constatou este Tribunal que o meritíssimo juiz “a quo” procedeu no julgamento sem se vincular à matéria da acusação de tal forma que introduziu factos completamente novos no Acórdão condenatório. Ora, este é o outro subprincípio do processo equitativo ou seja o princípio do acusatório que está consagrado no artigo 349º da CPP, conjugado com o artigo 1º do Decreto-lei nº35007 de 13 de Outubro de 1945, e vem também acolhido no n.º 2, do artigo 174º e n.º 1 do artigo 177º da CRA.

*[Handwritten signatures and initials]*



tratados pelos entes públicos com respeito e consideração (artigo 1º, 31º n.º 2, e alínea b) n.º 3 do artigo 36º todos da CRA, assim como o artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos do Homem).

#### Concluindo

1- O Tribunal Constitucional é competente para apreciar e decidir sobre as questões suscitadas, nos termos das alíneas d) e m) do artigo 16º da Lei nº 2/08, de 17 de Junho, conjugado com a alínea a) do artigo 49º da Lei nº 3/08, de 17 de Junho, respectivamente Lei Orgânica do Tribunal Constitucional e Lei Orgânica do Processo Constitucional, assim como pelo disposto nas alíneas a) e c) do n.º 2 e n.º 1 do artigo 180º da CRA.

2- O Acórdão recorrido é inconstitucional por:

- a) Violação do direito fundamental dos Recorrentes à proibição da auto-incriminação, consagrado na alínea g) do artigo 63º da CRA;
- b) Violação do direito fundamental dos Recorrentes a um processo equitativo e justo, consagrado no artigo 29º, n.º 4 da CRA;
- c) Violação do direito fundamental dos Recorrentes à presunção de inocência e inversão de ónus da prova, consagrado no artigo 67º, n.º 2 da CRA;
- d) Violação do direito fundamental dos Recorrentes à defesa, consagrado no artigo 67º, n.º 1 da CRA;
- e) Violação do princípio constitucional da legalidade, conforme n.º 2 do artigo 174º e n.º 1 do artigo 177º da CRA;

3- O Tribunal “a quo” violou igualmente o direito dos Recorrentes à imagem e ao tratamento com dignidade nos termos dos artigos 1º, 31º, n.º 2 e alínea b) do n.º 3 do artigo 36º da CRA, conjugado com o disposto no artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

4- O Tribunal Constitucional concluiu que não procede a alegação de violação pelo Tribunal recorrido do princípio da igualdade;

5- Finalmente, concluiu ainda o Tribunal Constitucional que nos termos das disposições conjugadas dos artigos 2º, n.º 6 do artigo 65º, n.º 1 do artigo 67º e n.º 1 do artigo 177º da CRA, que a interpretação conforme a Constituição do artigo 469º do C.P.P. impõe a obrigação de fundamentação dos quesitos com os respectivos meios de prova.

*[Handwritten signatures and initials]*  
S. Silva  
H. Silva  
D. Silva


Nestes termos;

Tudo visto e ponderado, acordam em Plenário os Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional em: dar provimento ao pedido, declarando inconstitucional o Acórdão Recorrido por violação dos artigos 63º alínea g), 29º n.º 4, 67º n.º 1 e 2, 174º n.º 2 e 177º n.º 1, todos da Constituição da República de Angola. Consequentemente é declarado nulo todo o processo desde o momento da incorporação no corpo de delito, durante a instrução preparatória do processo, do Relatório da IGAE - Inspeção Geral da Administração do Estado - devendo assim os Recorrentes ser restituídos à liberdade.

Custas pelos Recorrentes (artigo 15º da Lei n.º 3/08 de 17 de Junho)

Notifique-se!

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL aos, 23 de Setembro de 2010

  
nXe  
Eduis  
toplo

**ANEXO 6:**





**ARTIGO 62.º**

**(Irreversibilidade das amnistias)**

São considerados válidos e irreversíveis os efeitos jurídicos dos actos de amnistia praticados ao abrigo de lei competente.

**ARTIGO 63.º**

**(Direitos dos detidos e presos)**

Toda a pessoa privada da liberdade deve ser informada, no momento da sua prisão ou detenção, das respectivas razões e dos seus direitos, nomeadamente:

- a) ser-lhe exibido o mandado de prisão ou detenção emitido por autoridade competente, nos termos da lei, salvo nos casos de flagrante delito;
- b) ser informada sobre o local para onde será conduzida;
- c) informar à família e ao advogado sobre a sua prisão ou detenção e sobre o local para onde será conduzida;
- d) escolher defensor que acompanhe as diligências policiais e judiciais;
- e) consultar advogado antes de prestar quaisquer declarações;
- f) ficar calada e não prestar declarações ou de o fazer apenas na presença de advogado de sua escolha;
- g) não fazer confissões ou declarações contra si própria;
- h) ser conduzida perante o magistrado competente para a confirmação ou não da prisão e de ser julgada nos prazos legais ou libertada;
- i) comunicar em língua que compreenda ou mediante intérprete.

**ARTIGO 64.º**

**(Privação da liberdade)**

1. A privação da liberdade apenas é permitida nos casos e nas condições determinadas por lei.

2. A polícia ou outra entidade apenas podem deter ou prender nos casos previstos na Constituição e na lei, em flagrante delito ou quando munidas de mandado de autoridade competente.

**ARTIGO 65.º**

**(Aplicação da lei criminal)**

1. A responsabilidade penal é pessoal e intransmissível.

2. Ninguém pode ser condenado por crime senão em virtude de lei anterior que declare punível a acção ou a omissão, nem sofrer medida de segurança cujos pressupostos não estejam fixados por lei anterior.

3. Não podem ser aplicadas penas ou medidas de segurança que não estejam expressamente cominadas por lei anterior.

4. Ninguém pode sofrer pena ou medida de segurança mais graves do que as previstas no momento da correspondente conduta ou da verificação dos respectivos pressupostos, aplicando-se retroactivamente as leis penais de conteúdo mais favorável ao arguido.

5. Ninguém deve ser julgado mais do que uma vez pelo mesmo facto.

6. Os cidadãos injustamente condenados têm direito, nas condições que a lei prescrever, à revisão da sentença e à indemnização pelos danos sofridos.

ARTIGO 66.º

(Limites das penas e das medidas de segurança)

1. Não pode haver penas nem medidas de segurança privativas ou restritivas da liberdade com carácter perpétuo ou de duração ilimitada ou indefinida.

2. Os condenados a quem sejam aplicadas medidas de segurança privativas da liberdade mantêm a titularidade dos direitos fundamentais, salvo as limitações inerentes ao sentido da condenação e às exigências próprias da respectiva execução.

ARTIGO 67.º

(Garantias do processo criminal)

1. Ninguém pode ser detido, preso ou submetido a julgamento senão nos termos da lei, sendo garantido a todos os arguidos ou presos o direito de defesa, de recurso e de patrocínio judiciário.

2. Presume-se inocente todo o cidadão até ao trânsito em julgado da sentença de condenação.

3. O arguido tem direito a escolher defensor e a ser por ele assistido em todos os actos do processo, especificando a lei os casos e as fases em que a assistência por advogado é obrigatória.

4. Os arguidos presos têm o direito de receber visitas do seu advogado, de familiares, amigos e assistente religioso e de com eles se corresponder, sem prejuízo do disposto na alínea e) do artigo 63.º e o disposto no n.º 3 do artigo 194.º

5. Aos arguidos ou presos que não possam constituir advogado por razões de ordem económica deve ser assegurada, nos termos da lei, a adequada assistência judiciária.

*Princípio do Recurso*  
6. Qualquer pessoa condenada tem o direito de interpor recurso ordinário ou extraordinário no tribunal competente da decisão contra si proferida em matéria penal, nos termos da lei.

ARTIGO 68.º  
(Habeas corpus)

1. Todos têm o direito à providência de habeas corpus contra o abuso de poder, em virtude de prisão ou detenção ilegal, a interpor perante o Tribunal competente.

2. A providência de habeas corpus pode ser requerida pelo próprio ou por qualquer pessoa no gozo dos seus direitos políticos.

3. Lei própria regula o processo de habeas corpus.

ARTIGO 69.º  
(Habeas data)

1. Todos têm o direito de recorrer à providência de habeas data para assegurar o conhecimento das informações sobre si constantes de ficheiros, arquivos ou registos informáticos, de ser informados sobre o fim a que se destinam, bem como de exigir a rectificação ou actualização dos mesmos, nos termos da lei e salvaguardados o segredo de Estado e o segredo de justiça.

2. É proibido o registo e tratamento de dados relativos às convicções políticas, filosóficas ou ideológicas, à fé religiosa, à filiação partidária ou sindical, à origem étnica e à vida privada dos cidadãos com fins discriminatórios.

3. É igualmente proibido o acesso a dados pessoais de terceiros, bem como à transferência de dados pessoais de um ficheiro para outro pertencente a serviço ou instituição diversa, salvo nos casos estabelecidos por lei ou por decisão judicial.

4. Aplicam-se ao habeas data, com as necessárias adaptações, as disposições do artigo anterior.

ARTIGO 70.º  
(Extradição e expulsão)

1. Não é permitida a expulsão nem a extradição de cidadãos angolanos do território nacional.

2. Não é permitida a extradição de cidadãos estrangeiros por motivos políticos ou por factos passíveis de condenação à pena de morte e sempre que se admita, com fundamento, que o extraditado possa vir a ser sujeito a tortura, tratamento desumano, cruel ou de que resulte lesão irreversível da integridade física, segundo o direito do Estado requerente.



## ANEXO Nº 7

1830

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Decreto executivo n.º 110/04:

Aprova o regulamento interno do Centro de Documentação e Informação.

### Ministério da Geologia e Minas

Decreto executivo n.º 111/04:

Autoriza a constituição da Sociedade Mineira do Luxinge, Limitada, entre a ENDIAMA, E.P., Compesa, S.A.R.L., Koketso Capital (Pty) Limited e a JCI, Limited e aprova o seu Contrato de Exploração.

### Ministérios das Finanças e dos Transportes

Rectificação:

Ao Despacho conjunto n.º 185/04, de 27 de Agosto publicado no *Diário da República* n.º 69, 1.ª série. — Que nomeia a Comissão de Gestão da AGENANG, S.A.R.L., coordenada por Walter Carmo Januário e Silva.

## CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 64/04

de 1 de Outubro

O trabalho nos estabelecimentos prisionais é de grande importância social, porque devidamente orientado, constitui um factor substancial para a regeneração e readaptação social do recluso.

A ocupação dos reclusos no trabalho educativo é uma escola para modelação da sua personalidade, transformando-os e oferecendo aptidões intelectuais e manuais para a sua ressocialização.

A Lei Geral do Trabalho instituiu o trabalho prisional como uma modalidade especial da relação jurídico-laboral na alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º, sendo necessário regulamentar.

Nos termos da alínea d) do artigo 112.º e do artigo 113.º ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — É aprovado o regulamento para a Organização do Trabalho Prisional nos estabelecimentos prisionais, anexo ao presente decreto e que dele faz parte integrante.

Art. 2.º — As dúvidas e omissões suscitadas da interpretação e aplicação do regulamento serão resolvidas por despacho do Ministro do Interior.

Art. 3.º — O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 16 de Junho de 2004.

Publique-se.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Promulgado aos 24 de Agosto de 2004.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

## REGULAMENTO PARA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PRISIONAL NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

### CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º

(Âmbito)

O regulamento para organização do trabalho nos estabelecimentos prisionais é o instituto jurídico que regula a actividade dos reclusos inseridos no trabalho socialmente útil, com direito à remuneração.

ARTIGO 2.º

(Objecto)

O presente regulamento aplica-se a todos os reclusos que se encontram internados nos estabelecimentos prisionais sob controlo dos Serviços Prisionais do Ministério do Interior.

ARTIGO 3.º

(Actividades laborais)

As actividades laborais realizadas nos estabelecimentos prisionais visam fundamentalmente dotar o recluso de conhecimentos técnico-profissionais e facilitar assim a sua reinserção social, promovendo também o abastecimento alimentar dos estabelecimentos prisionais.

### CAPÍTULO II Do Trabalho, Formação e Aperfeiçoamento Profissional

ARTIGO 4.º

(Aperfeiçoamento técnico-profissional)

1. Aos reclusos deve ser assegurado nos estabelecimentos prisionais:

- a) um trabalho produtivo e sadio;
- b) a formação e o aperfeiçoamento profissional;
- c) as actividades ergoterápicas.

2. As actividades referidas no número anterior não devem ter carácter infamante nem ser tarefa especialmente insalubre.

**ARTIGO 5.º**

**(Garantia de trabalho)**

Deve ser assegurado ao recluso um trabalho produtivo, assim como a oportunidade de frequentar cursos de formação e aperfeiçoamento profissional, mudar de ofício ou profissão e participar de outras formas de instrução nos estabelecimentos prisionais.

**ARTIGO 6.º**

**(Impossibilidade de realização de trabalho socialmente útil)**

Ao recluso que não possa realizar um trabalho produtivo ou qualquer outra actividade socialmente útil deve proporcionar-se uma actividade ergoterápica.

**ARTIGO 7.º**

**(Condições para realização do trabalho)**

Na escolha do trabalho deve-se ter em consideração, nos limites compatíveis, uma selecção profissional racional, sem prejuízo da segurança e da ordem do estabelecimento, as capacidades físicas e intelectuais, as aptidões profissionais e as aspirações dos reclusos, bem como a duração da pena a cumprir, as actividades por eles anteriormente exercidas, aquelas a que possam dedicar-se após a liberdade e a influência que o trabalho possa exercer na sua reinserção social.

**ARTIGO 8.º**

**(Obrigação de realizar o trabalho)**

O recluso é obrigado a realizar o trabalho e as demais actividades adequadas a sua situação que lhe forem destinados, tendo em consideração o seu estado físico ou mental, comprovado pelo médico e as suas necessidades de aprendizagem aos vários níveis.

**ARTIGO 9.º**

**(Exclusão do trabalho)**

Os reclusos de idade superior a 60 anos e as mulheres em período de gravidez ou puerpério e outras situações, podem ser isentos de trabalhar nos termos da legislação laboral vigente.

**ARTIGO 10.º**

**(Aproximação e métodos de trabalho)**

A organização e os métodos do trabalho prisional devem aproximar dos que vigoram para o trabalho análogo fora do estabelecimento, de forma a preparar os reclusos para as condições normais do trabalho na vida em liberdade.

**ARTIGO 11.º**

**(Motivação para o trabalho)**

No sentido de motivar o recluso para o trabalho, deve ser estimulada a sua participação na organização e nos métodos do trabalho prisional.

**ARTIGO 12.º**

**(Trabalho, formação e aperfeiçoamento profissional)**

O trabalho prisional, formação e aperfeiçoamento profissional não devem estar exclusivamente subordinados à ideia de obtenção de um benefício económico.

**ARTIGO 13.º**

**(Outras actividades)**

1. Pode autorizar-se ao recluso internado em estabelecimento aberto a desenvolver actividades de capacitação profissional, de características liberais ou de natureza científica.

2. A autorização acima referida pode ser cancelada se eventualmente o recluso não cumprir com as obrigações estabelecidas no artigo 8.º

3. As autorizações referidas no número anterior só devem ser concedidas quando não se oponham à execução da pena.

**ARTIGO 14.º**

**(Local de trabalho)**

O trabalho dos reclusos é assegurado nas oficinas e explorações agro-pecuárias dos estabelecimentos prisionais e, quando necessário, com o concurso de empresas e serviços públicos ou privados, de acordo com as normas que regulam a actividade com o exterior a aprovar por despacho do Ministro do Interior.

**ARTIGO 15.º**

**(Segurança e higiene no trabalho)**

A segurança e higiene no trabalho devem ser organizadas em condições iguais às que a lei garante ao trabalhador em geral.

**ARTIGO 16.º**

**(Remunerações)**

O recluso que trabalha para empresa ou serviço público ou privado, deve auferir remunerações compatíveis com o trabalho realizado, de acordo com o que vigorar para os trabalhadores em geral.

**ARTIGO 17.º**

**(Vigilância e protecção)**

Os Serviços Prisionais asseguram a vigilância e protecção dos reclusos com pessoal técnico próprio.

**ARTIGO 18.º**

**(Acidentes e doenças profissionais)**

O recluso deve beneficiar em matéria de acidente de trabalho e doenças profissionais os direitos estabelecidos pela legislação laboral vigente.



4. O director do estabelecimento prisional deve registar em livro próprio os reclusos em regime de trabalho para resgate de multa, com indicação do fornecedor de trabalho, quantitativo da multa a resgatar, número de dias de trabalho prestado e importâncias cobradas no processo e entregues ao recluso. O livro é visado semanalmente pelo director do estabelecimento prisional.

ARTIGO 89.º

(Registo da importância resgatada)

1. As importâncias deduzidas das remunerações dos reclusos nos termos do artigo 83.º são depositadas mensalmente nos cofres do Estado por meio de guia, de que ficará o duplicado no processo.

2. A secretária regista em livro próprio, em relação a cada condenado, as importâncias cobradas nos termos deste artigo e a parte correspondente da multa que se considera resgatada nos termos do artigo 88.º

3. Terminado o resgate da multa, ou interrompida a prestação de trabalho, deve expedir-se os competentes boletins do registo criminal, no primeiro caso com a declaração de que foi cumprida a pena e no segundo com indicação da parte que ficou resgatada.

4. As cadernetas referidas no artigo 87.º, uma vez resgatada a multa ou interrompida a prestação de trabalho, devem ser anexadas ao processo em que a multa foi aplicada.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Resolução n.º 23/04

de 1 de Outubro

Havendo necessidade de assegurar a aquisição de bens alimentares, meios de higiene e azeite pessoal, medicamentos, meios médicos, vestuário e equipamentos para as Forças Armadas Angolanas;

Nos termos das disposições combinadas da alínea c) do artigo 112.º, do artigo 113.º e da alínea g) do n.º 2 do artigo 114.º, todos da Lei Constitucional, o Governo emite a seguinte resolução:

1.º — É homologado o resultado do concurso público limitado para aquisição de bens alimentares, meios de higiene e azeite pessoal, medicamentos, meios médicos, vestuário e equipamentos para as Forças Armadas Angolanas.

2.º — São aprovados os contratos comerciais assinados pela Simportex, pela Direcção Principal dos Serviços de Saúde e pelo Hospital Militar Principal no valor global de USD 168 678 597,15.

3.º — Os Ministérios da Defesa Nacional e das Finanças, bem como o Banco Nacional de Angola devem trabalhar no sentido de:

- a) garantir a cobertura orçamental e disponibilidade financeira, para a execução dos contratos em referência e a intervenção do Banco Comercial operador do Estado;
- b) remeter os contratos ao Tribunal de Contas, para a obtenção dos competentes vistos.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 27 de Agosto de 2004.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Decreto executivo n.º 108/04

de 1 de Outubro

Considerando que no «Encontro Nacional de Balanço sobre a Actividade da Campanha de Registo Gratuito de Nascimento de Menores e Adolescentes dos 0 aos 17 anos de idade», realizado em Luanda, de 14 a 16 de Abril do ano em curso, foi sentida a necessidade da realização de acções de registo gratuito de nascimento das crianças no seio das populações em fase de regresso, reassentamento e em zonas remotas, tendo sido elaborados os respectivos «Planos de Acção»;

Tendo o UNICEF disponibilizado fundos para financiar esse «Plano de Acção»;

Estando a afluir das províncias ao UNICEF pedidos de financiamento para a implementação deste «Plano de Acção»;

Convindo estabelecer regras sobre o regime jurídico da actividade em referência, para não descoordenar o registo normal efectuado ao abrigo do Decreto executivo n.º 49/03, de 9 de Setembro, da Tabela de Emolumentos do Registo Civil;

Enquanto se aguarda:

- a) pelos resultados da comissão técnica criada por duto Despacho n.º 7/04, de 14 de Abril, incumbida de estudar e propor a metodologia e





Sexta-feira, 29 de Agosto de 2008

I Série — N.º 163

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 150,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E. P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS		Ano	O preço de cada linha publicada nos <i>Diários da República</i> 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
	As três séries . . . . .	Kz:		
	A 1.ª série . . . . .	Kz:	400 275,00	
	A 2.ª série . . . . .	Kz:	236 250,00	
	A 3.ª série . . . . .	Kz:	123 500,00	
			95 700,00	

## SUMÁRIO

### Assembleia Nacional

Lei n.º 8/08:

Penitenciária. — Revoga toda a legislação na parte em que, regulando matérias previstas na presente lei, disponha de forma incompatível, em especial o Decreto-Lei n.º 26 643, de 28 de Maio de 1936, o Decreto-Lei n.º 39 997, de 29 de Dezembro de 1954, o Diploma Legislativo Ministerial n.º 13, de 7 de Outubro de 1963, o Decreto n.º 45 454 de 18 Dezembro de 1963 e o Diploma Legislativo n.º 3497, de 8 de Agosto de 1964.

### Presidência da República

Decreto Presidencial n.º 19/08:

Nomeia António Manuel Gime para o cargo de Vice-Governador de Cabinda, para Área Técnica.

## ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 8/08:

de 29 de Agosto

O Sistema Prisional é de grande importância social, indispensável à organização política, sócio-económica universal, porque executor das medidas privativas de liberdade aplicadas pelas entidades legalmente competentes, visando a reeducação e reintegração dos reclusos na sociedade.

A necessidade de introdução de doutrinas penitenciárias universais e modernas, bem como os princípios contidos nos instrumentos jurídicos internacionais, ratificados pelo País, nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948, as Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos da ONU de 1955 e o Pacto dos Direitos Civis e Políticos da ONU de 1977.

Nestes termos, ao abrigo da alínea b) do artigo 88.º da Lei Constitucional, a Assembleia Nacional aprova a seguinte:

## LEI PENITENCIÁRIA

### CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º

(Objecto)

A presente lei tem por objecto garantir a execução das penas e medidas privativas de liberdade impostas pelos tribunais e visa a reintegração social dos reclusos, preparando-os para no futuro conduzirem a sua vida de modo socialmente responsável.

ARTIGO 2.º

(Âmbito)

O disposto na presente lei aplica-se a execução das penas privativas de liberdade e medidas de segurança, bem como a detenção em estabelecimentos prisionais.

ARTIGO 3.º

(Princípios)

1. *Princípio da ressocialização do recluso* — a execução das medidas privativas de liberdade deve orientar-se de forma a reintegrar o recluso na sociedade, prepará-lo para no futuro conduzir a sua vida de modo socialmente responsável.

2. *Princípio de não discriminação* — na execução das medidas privativas de liberdade, não há qualquer distinção de natureza social, religiosa, ideológica ou em razão do sexo, da instrução, da situação económica, origem, língua ou raça.



2344

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ARTIGO 109.º  
(Proibição de super lotação)

A lotação dos estabelecimentos, bem como das diversas instalações, só pode ser excedida a título temporário, depois de obtido o consentimento do Ministro do Interior, sob proposta da Direcção dos Serviços Prisionais.

CAPÍTULO XI  
Reintegração Social

ARTIGO 110.º  
(Acompanhamento social)

1. Todo o recluso, uma vez restituída a liberdade, deve beneficiar de um acompanhamento social durante seis a 14 meses, destinado a garantir a sua integração no mercado do trabalho consoante as aptidões demonstradas ou ajudá-lo no procedimento da sua formação académica ou profissional, bem como a acompanhar o seu círculo familiar.

2. O acompanhamento referido no número anterior é assegurado por uma comissão integrada por elementos indicados pela Direcção Nacional dos Serviços Prisionais, Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (psicólogos e sociólogos) e da Procuradoria Geral da República.

3. Diploma próprio regulamenta a constituição e funcionamento da comissão a ser criada.

CAPÍTULO XII  
Disposições Finais

ARTIGO 111.º  
(Regulamentação da lei)

A presente lei deve ser regulamentada pelo Governo no prazo de 150 dias contados da data da sua entrada em vigor.

ARTIGO 112.º  
(Remissão)

As remissões feitas ao longo da lei referem-se aos artigos da mesma, salvo indicação expressa em contrário, considerando-se o mesmo sentido de recluso para efeitos da presente lei, as referências à prisão preventiva, condenação e sujeito à medida de segurança privativa de liberdade.

ARTIGO 113.º  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que se suscitarem da interpretação e aplicação da presente lei são resolvidas pela Assembleia Nacional.

ARTIGO 114.º  
(Revogação)

Fica revogada toda a legislação na parte em que, regulando matérias previstas na presente lei, disponha de forma incompatível, em especial:

- a) o Decreto-Lei n.º 26 643, de 28 de Maio de 1936;
- b) o Decreto-Lei n.º 39 997, de 29 de Dezembro de 1954;
- c) o Diploma Legislativo Ministerial n.º 13, de 7 de Outubro de 1963;
- d) o Decreto n.º 45 454, de 18 de Dezembro de 1963;
- e) o Diploma Legislativo n.º 3497, de 8 de Agosto de 1964.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, a 1 de Julho de 2008.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Roberto António Vítor Francisco de Almeida*.

Promulgada em 17 de Julho de 2008.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Decreto Presidencial n.º 19/08  
de 29 de Agosto

Por conveniência de serviço;

Usando da faculdade que me é conferida pelas disposições combinadas do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 2/07, pelo n.º 2 do artigo 148.º da Lei Constitucional e pelo artigo 74.º da mesma Lei;

Nomeia António Manuel Gime para o cargo de Vice-Governador de Cabinda, para Área Técnica.

Publique-se.

Luanda, aos 22 de Agosto de 2008.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.



REPÚBLICA DE ANGOLA  
**MINISTÉRIO DO INTERIOR**  
SERVIÇOS PRISIONAIS

**CARTILHA DE PROCEDIMENTOS  
DO RECLUSO  
NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS**

*Socigráfica, Lda 2008*





REPÚBLICA DE ANGOLA

\*  
... \*

**MINISTÉRIO DO INTERIOR**  
**SERVIÇOS PRISIONAIS**

## I-INTRODUÇÃO

**D**e acordo com os princípios proclamados na carta das Nações Unidas, a liberdade, a justiça e a paz no mundo se fundamentam no reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todo os membros da família humana.

Considerando também que a família, neste caso concreto a população penal como, grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e bem estar de todos os seus membros, deve receber a protecção e a assistência necessária a fim de procede assumir plenamente as suas responsabilidade dentro da comunidade.

Considerando ainda que os Serviços Prisionais é o órgão do Ministério do Interior, encarregue de velar pela execução prisional das medidas privativas de liberdade, baseada essencialmente na aplicação de um conjunto de medidas como o enquadramento do recluso em actividades

Laborais, formação profissional, escolarização, cultura, cívico-moral, desporto e recreação, visando a sua reeducação e reinserção social.

Ciente que a consulta dos reclusos não deve ser baseada apenas pela submissão dos regulamentos, mas sobretudo pela vontade, persistência e aplicação manifestadas para a vida honesta.

Assim é que, ao elaborar o presente fascículo que contém os direitos e deveres dos reclusos, bem como um leque de direitos fundamentais do cidadão enquanto arguido na justiça penal tem como objectivo eminente para além de cultivar mentalmente o grupo alvo, traçar e reforçar as regras, normas e procedimentos fundamentais dentro dos estabelecimentos prisionais.

## **II - DIREITOS DOS RECLUSOS NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS.**

Atendendo a grande variedade das condições legais, sociais, económicas e geográficas do mundo, nem todas as regras podem ser aplicadas indistinta e permanentemente em todos os lugares (conforme recomenda o ponto 2 das Regras Mínimas para tratamento de presos).

Portanto, além de outros direitos que possam ser desenvolvidos nas situações jurídicas previstas, os reclusos dentro dos estabelecimentos prisionais têm os seguintes

### **Direitos:**

- A) - Direito ao respeito pela dignidade humana;
- b) - Direito à vida e a integridade pessoal;
- c) - Direito à não ser submetido a torturas, maus tratos ou medidas degradantes;
- d) - Direito à saúde;
- e) - Direito a um processo conforme o direito;
- f) - Direito a ser preservado a todo o tipo de discriminação;
- g) - Direito à não ser sujeito a escravidão;
- h) - Direito ao exercício dos direitos civis, e sócio-económicos excepto dos que são incompatíveis com o sentido da pena ou objecto da sua sentença;
- i) - Direito a liberdade de religião e de culto;
- j) - Ser tratado com justiça e humanidade por forma que, enquanto sob a tutela prisional não sofra influências prejudiciais à sua futura readaptação social, bem como:
- k) - Ao tratamento que visa criar ou desenvolver nele o espírito de ordem, o sentido de responsabilidade pelos próprios actos e dedicação pelo interesse geral;
- l) - Acesso ao trabalho, ainda que improdutivo podendo ser executado no seu próprio aposento sempre que possível;
- m) - Os detidos terão direito a solicitar o patrocínio da assistência judiciária, quando não disponham de recursos para custear os encargos do processo advogados: A tramitação para o efeito será da responsabilidade dos Serviços de Reeducação Penal, na base da solicitação dos interessados



Devidamente fundamentada;

n) - De receber alimentação, vestuário, educação escolar e profissional (conforme regulamento próprio do estabelecimento);

o) - De ser promovidos de um regime a outro de menor severidade, de acordo com o estabelecido na Lei penitenciária e respectiva regulamentação;

p) - De ser remunerado pelo trabalho realizado, de acordo com as normas estabelecidas pelos Serviços Prisionais;

q) - De receber e enviar correspondência pela via e com a periodicidade estabelecidas;

r) - De utilizar os Serviços de Biblioteca;

s) - De ter consigo até três livros seus e material relacionados com o estudo;

t) - De receber visitas dos seus familiares e advogados na forma e com a periodicidade estabelecida nas normas prisionais.

u) - Será permitido aos reclusos, dirigirem-se ao director do estabelecimento, para exporem assuntos de seu legítimo interesse ou que respeitem à vida prisional, conforme estiver estipulado em instrutivo próprio;

### **III-DEVERES DOS RECLUSOS NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS**

Tendo em conta que o dever é a acção que se realiza em conformidade com a lei ou bem moral, e por seu imperativo, enunciadas geralmente no modo indicativo e imperativo respectivamente pela própria acção que se pratica e na

Obrigação ou necessidade moral de praticar o acto.

Os reclusos nos estabelecimentos prisionais de maneira a garantirem de forma harmoniosa a ordem, o relacionamento humano, o ambiente e a higiene, deverão cumprir com os seguintes deveres e outro que possam advir do regulamento interno:

1. A) - Acatar as normas do regime interno do estabelecimento prisionais assim como as ordens legítimas que sejam dadas pelo pessoal do mesmo, de acordo com o preceituado na Lei Penitenciária e normas regulamentares.

b) - Observar as medidas higiénicas e de decoro estabelecidas pelas normas do regime interno.

c) - Realizar os serviços exigidos em matéria de limpeza e ordem do estabelecimento.

d) - Cumprir as obrigações ou deveres que surjam por situações de legítimo cumprimento segundo a lei ou as normas regulamentares.

e) - Evitar o uso de palavras grosseiras ou insultuosas tanto no estabelecimento como em qualquer local de trabalho.

f) - Tratar com respeito e cortesia quer os funcionários, quer os colegas de cárcere ou quer pessoas estranhas ao estabelecimento;

g) - Abster-se de lesar os colegas com maus tratos, furtos ou danificação de objectos alheios e próprios;

h) - Dedicar-se e prestar atenção a todos os actos de estudo, cultura e aprendizagem de certos misteres;

rizados pela direcção do estabelecimento;

b) - Não enviar, receber ou contribuir para que outros reclusos enviem ou recebam correspondência por via não autorizadas;

c) - Não possuir dinheiro, revista, livros pornográficos, rádios ou outros objectos não autorizados;

d) - Não pedirem esmola dentro ou fora do estabelecimento prisional, ou por qualquer forma chamarem a atenção de pessoas estranhas ao mesmo;

e) - Ter boa conduta durante o gozo das saídas de passe regulamentado, assim como, regressar das mesmas com pontualidade.

f) - Não se ausentarem dos lugares que lhes forem indicados pelos funcionários, nem converarem com pessoas estranhas quando saírem do estabelecimento prisional para hospitais, tribunais ou repartições públicas, devidamente autorizados;

g) - Não praticarem, qualquer jogo ou divertimento que não tenha sido expressamente autorizado pela direcção do estabelecimento (os jogos de azar não podem, em caso algum, ser permitidos nos estabelecimentos);

h) - Cumprir integralmente o horário prisional do estabelecimento, constante desta cartilha, só podendo o mesmo ser alterado, por motivo de doença ou outro atendível que o director entender conveniente.

#### **IV-DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CIDADÃO ENQUANTO ARGUIDO NA JUSTIÇA PENAL.**

a) - Os arguidos gozam de presunção de inocência até

que uma decisão definitiva do Tribunal o considere culpado (artigo 36 n.º 5 da lei constitucional), isto é, os arguidos gozam da presunção de inocência até decisão judicial transitada em julgado.

b) Não ser preso sem ser informado, no momento da sua detecção, das respectivas razões (artigo 37º da lei constitucional). Ou melhor a prisão preventiva só é admitida aos casos previstos na lei, que fixa os respectivos limites e prazos.

c) - Não ser obrigado a responder as perguntas sobre os factos de que vem acusado (artigo 254º n.º 3 do código de processo penal).

d) - Só pode ser interrogado por magistrado do Ministério Público competente e assistida por advogado (artigo 4º n.º 2 da lei 18ª-/92).

e) - Ter o direito de ser assistido por advogado constituído ou defensor oficioso em todos os interrogatórios, sendo obrigado a presença deste no primeiro interrogatório de arguido preso, de igual forma, pode constituir advogado em qualquer altura do processo, (artigo 255º, 265º par. 2º e 268 do código do processo penal).

f) - A constituição de advogado pode ser feito por procuração ou por declaração verbal em qualquer momento do processo (artigo 35º do código do processo civil aplicável ao processo penal).

g) - Nenhum familiar poderá ser preso em sua substituição, ou ficar refém até que o mesmo compareça porque a responsabilidade criminal é pessoal, do mesmo modo, não se consideram encobridores o cônjuge e os seus parentes até



ao 3º grau que lhe derem guarida (artigo 28º, 113º e par. Único do art. 23º, todos do código penal).

h) - Não ser detido fora do flagrante delito sem que lhe exibam o referido mandado de captura, emitido por autoridade competente, cuja à cópia lhe deverá ser entregue (lei 18ª/92).

i) - Não ser submetido a busca domiciliar sem que lhe exibam o respectivo mandado de busca emitido por autoridade competente, cuja cópia lhe deverá ser entregue (lei 22/92).

j) - Ter o direito de ser assistido por pessoa de confiança ou advogado durante as buscas, ou ser substituído pelo mesmo (n.º 6 do artigo 6 da lei n.º 22/92 de 4 de Setembro).

k) - Não poder ser preso ou submetido a busca no seu domicílio, sem o seu consentimento, no período que vai desde as 19 horas às 05 horas da manhã do dia seguinte (artigo 20 da lei 18ª/92).

l) - Não assinar qualquer auto que não tenha lido previamente, ou cujo o conteúdo não entenda. (artigo 262º do código do processo penal).

m) - Não assinar qualquer documento em branco.

n) - Só assinar o auto após a sua leitura pelo advogado presente à diligência e assinar todas as páginas e não apenas a última. (artigo 262º do código do processo penal).

o) - Através do seu defensor, apelar directamente ao procurador o competente em caso da sua prisão preventiva ter ultrapassado o prazo legal (artigo 26º n.º 1 da lei 18º/92).

p) - Não ser notificado para qualquer acto processual sem que o mandado especifique a qualidade em que irá ser

Inquirido (arguido, declarante ou testemunha).

q) - Ser conduzido perante o magistrado competente para a legalização da prisão e ser julgado nos prazos previstos na lei ou libertado quando sujeito a prisão preventiva (artigo 38º da lei constitucional).

r) - O direito de não ser condenado por acto que a lei não conhecia como ofensa criminal na altura em que foi cometido.

s) - O direito de ter tempo suficiente e facilidades para preparar a defesa;

t) - O direito de estar presente no seu próprio julgamento;

u) - O direito à assistência legal gratuita quando necessário no interesse da justiça;

## V-DOS PRAZOS DE PRISÃO PREVENTIVA (lei n.º 18-A/92 “art. 25 e 26º”)

1- Desde a captura até a notificação ao arguido da acusação ou até ao pedido de instrução contraditória pelo Ministério Público, os prazos de prisão preventiva, não podem exceder:

a) - Trinta dias por crimes dolosos a que caibam pena de prisão até 2 anos;

b) - Quarenta dias por crimes a que caibam penas de prisão maior;

c) - Noventa dias por crimes contra a segurança do Estado.

2- Decorridos os prazos indicados no parágrafo ante-

dor (ponto n.º 1) e sem prejuízo do disposto em relação aos prazos de prisão preventiva em instrução contraditória, nos casos que ela tenha lugar é obrigatório a libertação do arguido, que será colocado em liberdade provisória mediante caução, sujeito a algumas das seguintes obrigações:

a) - Não se ausentar do País sem prévia autorização do Ministério Público.

b) - Não se ausentar de determinada povoação ou área da sua residência, a não ser para locais de trabalho ou outros expressamente designados;

c) - Residir fora do município ou comuna onde cometeu o crime ou onde residem os ofendidos, ou cônjuges, ascendentes ou descendentes deles;

d) - Não exercer certas actividades que estejam relacionados com o crime cometido e que façam reatar a perpetração de novas infracções;

e) - Não frequentar certos meios ou locais, ou não conviver com determinadas pessoas;

f) - Sujeitar-se à vigilância de determinadas autoridades ou serviços públicos, nos termos que forem estabelecidos;

g) - Exercer um mister ou profissão em local determinado, quando não se ocupar em serviço certo;

h) - Qualquer outra obrigação a que possa ser subordinada a liberdade provisória.

3- Se for inadmissível a liberdade provisória, o Ministério Público poderá prorrogar, por despacho fundamentado, os referidos prazos por mais quarenta e cinco dias e excepcionalmente, em caso de grande complexidade do

Processo, poderá ainda voltar a prorrogar o prazo de prisão preventiva por mais quarenta e cinco dias.

Nos crimes cujo o julgamento compita à câmara ou qualquer sala dos crimes contra a segurança do estado ou dos Tribunais Militares se o Ministério Público ou tribunal, antes de formular a acusação ou do despacho de pronúncia, antes de se proceder a novas diligências de prova, a prisão preventiva poderá ainda ser prorrogada por mais trinta dias.

Conforme os casos previstos nas alíneas a), b) e c) do primeiro parágrafo (ponto n.º 1) os prazos máximos são os seguintes:

a) - 120 dias;

b) - 135 dias;

c) ; 215 dias;

## VI-DA PROTECÇÃO DO CIDADÃO PELO ESTADO E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1 - O estado protege-nos através:

1.1 - Dos tribunais;

1.2 - Da polícia;

1.3 - De alguns outros órgãos de administração do Estado.

Esta protecção está garantida pela Lei Constitucional Angolana.

A Lei Constitucional é a lei mais importante de um país, todas as outras leis devem estar de acordo com a Lei Constitucional, que garante todos os direitos fundamentais das pessoas como seres humanos e como cidadãos



## 2-ORGANIZAÇÕES QUE AJUDAM A PROTEGER OS NOSSOS DIREITOS:

-Organizações especialmente criadas para trabalhar na protecção dos direitos dos cidadãos por meio de educação e acção;

- Autoridades tradicionais;
- Consulta e intervenção dum advogado.

## 3- CONVENIOS QUE PROTEGEM OS NOSSOS DIREITOS.

Existem dois convenios muito importantes:

- 1 - A Declaração Universal dos Direitos do Homem;
- 2 - A Carta Africana Dos Direitos do Homem e dos povos.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem foi instituída pelas Nações Unidas. Surgiu da necessidade de encontrar regras de justiça social para os povos de todo o mundo. A mesma foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 10 de Dezembro de 1948.

Através dela os países que mais sofreram a trágica experiência da II Guerra Mundial (1939-1945), procuraram um meio para que os horrores da guerra não se repetissem a uma plataforma comum no respeito pela dignidade de toda a pessoa. Os trinta artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos constituem essa base.

Os artigos agrupados representam:  
Direitos pessoais;

- Direitos judiciais;
- Direitos civis e políticos;
- Direitos Sociais.

Esta declaração serviu de modelo e guia sobre os Direitos Humanos como, por exemplo, a carta Africana.

Segundo a Carta Africana todos os povos:

- São iguais e têm os mesmos direitos (ainda que uns sejam grandes e outros pequenos, ou ainda mais ricos e outros mais pobres, etc.).

-Têm direito a paz e a segurança.

-Têm direito a existir como países independente e a escolher o seu sistema político;

-Têm direito a utilizar livremente as suas riquezas e os seus recursos naturais;

A Carta Africana estabelece também alguns deveres como:

- O dever de respeitar os direitos dos outros e de não discriminar as pessoas;

- O dever de preservar o desenvolvimento harmonioso da família e a comunidade;

- O dever de preservar a independência nacional e a integridade territorial do país;

- O dever de fazer respeitar os valores tradicionais africanos positivos num espírito de tolerância.

### **VII-HORÁRIO**

Em cada estabelecimento prisional, salvo excepção dos casos innerentes a situação geográfica e relativos a gestão dos mesmos, observar-se-á o seguinte horário:

## De Segunda - feira á Sexta - feira

Alvorada.....	05H50
Pequeno almoço (formatura).....	06H15
Trabalhos (1-º período) formatura.....	06H45
Avançar (início).....	07H00
Pausa (intervalo).....	11H50
Segunda refeição (formatura).....	12H15
Avançar (reiniciar)	
Trabalhos (2º período) formatura.....	13H45
Alto ao serviço.....	17H00
Terceira refeição (formatura).....	17H15
Controlo diário.....	18H00

## Aos Sábados, Domingos e Feriados

Alvorada.....	06h30
Pequeno almoço (formatura).....	07h00
Hastear da bandeira.....	08h00
Prática de Cultos ou actividades Civico-moral e religiosas (facultativo).....	8h00 ás 11h00
Prática de actividades culturais, desportivas e recre- tivas ( quando autorizadas).....	09h ás 11h00
Segunda refeição (formatura).....	12h15
Terceira refeição (formatura).....	17h15
Controlo diário.....	18h00

## VISITAS

### Condenados:

Terças - Feiras, Quintas - Feiras e domingos das 14h30 ás  
17h00

## Detidos:

Quartas-feiras e Sábados das.....14h30 ás 17h00

## Consultas médicas

### No Estabelecimento

- Assistência médica sanitária (todos os dias) - 8h 00
- Consultas com o médico do Estabelecimento  
terças - feiras e quintas - feiras.....às .....9h 00
- No hospital de segundas a sextas - feiras..... às ....8h00

## FREQUÊNCIA DA BIBLIOTECA

### (Quando organizada)

Quartas e Sábados das.....8h00 ás 16h00

## FREQUÊNCIA DAS SALAS DE CONVÍVIO

### (Quando devidamente apetrechadas)

De segunda á sexta - feira das.....18h00 ás 19h00  
Sábados e Domingos das.....14h00 ás 19h00

## AULAS

De segunda a sexta - feiras das.....7h30 ás 21h00

## CINEMA

De segunda a sexta - feiras a partir das.....18h00  
Sábados e Domingos a partir das.....14h00

Em cada Estabelecimento os reclusos, normalmente,  
têm as seguintes ocupações.

## NAS OFICINAS



Carpintaria - Marcenaria  
Alfaiataria  
Sapataria  
Electricidade e Radio - técnico  
Mosaicos  
Serralharia e Pintura  
Tipografia

#### NAS OBRAS

Carpinteiros de Cofragem  
Desenhadores  
Ferreiros  
Pedreiros  
Estufador

...Tu que entraste, faz o possível para  
saíres depressa, isso está no teu querer.

Mas não te evadas. . .

Regenera-te!

Ladrilhadores  
Pintores de Construção Civil

#### DIVERSOS

Aviários  
Cozinha  
Cinema  
Escolas  
Enfermaria  
Hortas  
Limpezas gerais  
Lavandaria  
Pesca

SERVIÇOS PRISIONAIS DO MININT. EM  
LUANDA, AOS 6 DE JUNHO DE 2008.-

O Complexo Prisional de Viana, destina-se ao cumprimento de medidas privativas de liberdade, sendo, quanto a segurança um complexo prisional de regime fechado, composto por dois Estabelecimentos Prisionais, sendo: um destinado a reclusos do sexo masculino e outro do sexo feminino.

Localiza-se no município de Viana, Km 15 e ocupa uma área de reclusão de 1.536.40m<sup>2</sup>. Para execução das tarefas que lhe são alocadas, o complexo prisional de Viana, conta com a colaboração do pessoal Técnico Superior, do corpo de Reeducação e Guarda Prisional, Médicos, Operários, entre outros.

Possui uma capacidade para albergar 2.876 reclusos, sendo: 2.448 masculinos (Blocos A, B, C, L) e Tendões) e 428 femininos.

#### **ESTABELECIMENTO PRISIONAL MASCULINO**

Com uma capacidade para internar 2.448 reclusos é constituído por quatro Edifícios (A, B, C e D) com celas e camaratas e quatro Tendões Gigantes.

O Edifício A tem três pisos, sendo o terceiro piso é constituído por 39 celas para 4 reclusos cada, ac olhendo um total de 156 reclusos e 7 celas disciplinar, o segundo piso é formado por 22 celas destinado a acolher 10 reclusos cada e 2 celas para 4 reclusos cada, perfazendo uma lotação de 228 reclusos e o primeiro piso apresenta uma arquitectura análoga a do segundo, todos pisos com instalações sanitárias completas e instalações para sessões televisivas. O Rés-do-chão está compartimentado por três salas para os Agentes da Ordem Interna, um parlatório com a capacidade de atender simultaneamente 49 visitantes e igual número de reclusos, 5 suites para visitas íntimas com instalações sanitárias completas, 1 anfiteatro com a capacidade de 195 lugares e uma sala de jogos.

O Edifício B, é formado por dois pisos e é dotado de 8 camaratas sendo 4 em cada piso com instalações sanitárias completas albergando 288 reclusos.

O Edifício C, dispõe igualmente de 2 pisos com 4 camaratas cada. A ala direita de cada piso alberga 152 reclusos e a ala esquerda alberga 176 reclusos, o que totaliza uma lotação de 328 reclusos.

No rés-do-chão deste edifício funciona a enfermaria do interior penal que tem a capacidade para internar 51 reclusos doentes.

O Edifício D, é formado por duas alas A e B. Com uma arquitectura análoga, cada uma delas estão formadas por 6 casernas com igual número de internamento, assim sendo as Casernas 1 têm a capacidade para albergar 36 reclusos cada, Casernas 2 - 42 reclusos cada, Casernas 3 - 28 reclusos cada, Casernas 4 - 32 reclusos cada, Casernas 5 - 80 reclusos cada e as Casernas 6 albergam 64 reclusos cada o que totaliza em termos de internamento para o edifício D, 564 reclusos, sendo 282 para cada ala (A e B).

O edifício D comporta ainda 15 celas disciplinar sendo 3 em cada ala, um pátio, uma cozinha, um refeitório para atender aproximadamente 200 reclusos e um parlatório para atender simultaneamente 32 visitantes e igual número de reclusos.

**Tendões Gigantes:** com o objectivo de dar um suporte aos edifícios em termos de internamento no Estabelecimento Prisional Masculino foram erguidas 4 tendões gigantes com uma capacidade de internamento para 164 reclusos cada, totalizando 656. Para os reclusos aí internados existe um parlatório, um refeitório e uma área de lazer sendo este o local onde se tem realizado os cultos religiosos.

O Estabelecimento Prisional Masculino é completado por duas cozinhas sendo uma para funcionários e outra para reclusos, 4 refeitórios para reclusos com 125 lugares cada, 2 refeitórios para o corpo da guarda, no pátio localiza-se uma quadra de jogos multiuso para prática de actividades desportivas nas modalidades de Futsal,

Andebol, Voleibol e Basquetebol. Possui ainda uma área fabril para aprendizagem de artes e ofícios em carpintaria, mecânica, serralharia, alfaiataria, pintura e panificação.

A entrada do complexo, a direita situa-se o edifício onde funciona a Direcção do Estabelecimento Prisional Masculino, integrado pela Direcção, Secções de Informação e Análise, Recursos Humanos, Educação Patriótica Moral e Cívica, Administração e Finanças, Logística e Produção. Junto aos edifícios A e B, localiza-se o edifício integrado pelos serviços de Controlo Penal, Reeducação Prisional e gabinetes dos respectivos Chefes, gabinete do Procurador, sala de audiência de advogados, sala de serviço do pessoal da Investigação Criminal e sala de assistência Psicológica. Ainda no mesmo perímetro encontra-se situado o edifício onde funciona a Segurança Prisional e os seus Serviços Operativos.

#### **ESTABELECIMENTO PRISIONAL FEMININO**

O Estabelecimento Prisional Feminino é constituído por 8 Camaratas sendo 4 no rés-do-chão e 4 no 1º piso, com instalações sanitárias completas e uma capacidade para albergar 428 reclusas.

Contempla ainda uma cozinha, um refeitório com capacidade para 100 lugares, uma lavanderia mecânica, uma área para aprendizagem de artes e ofícios em corte e costura, pastelaria, uma creche para servir quer os filhos dos funcionários como das reclusas, um parlatório para atendimento em simultâneo de 20 visitantes e igual número de reclusas, duas suites para visitas íntimas com instalações sanitárias completas, 5 celas disciplinares, uma caserna e um refeitório para as funcionárias e ainda área de lazer.

A entrada do Estabelecimento Prisional Feminino encontra-se o edifício onde funciona a Direcção do Estabelecimento integrado por todos os serviços: Direcção, Informação e Análise, Recursos Humanos, Segurança Prisional, Reeducação Prisional, Controlo Penal,

## INDICE

DEDICATÓRIA .....	5
DECLARAÇÃO ANTIPLÁGIO .....	6
AGRADECIMENTOS.....	7
RESUMO .....	8
ABSTRACT.....	9
ABREVIATURAS.....	10
INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO I - QUADRO LEGISLATIVO PENITENCIÁRIO EM ANGOLA.....	14
1.1 – Evolução Histórica da Penologia .....	15
1.2 - Os Fins em Geral das Penas e Medidas de Segurança.....	16
1.3 – Resenha História da Legislação Penitenciária em Angola.....	20
CAPÍTULO II - ESTUDO COMPARADO DE SISTEMAS PENITENCIÁRIOS.....	23
2.1 - Sistema Penitenciário Português.....	24
2.2 - Sistema Penitenciário Brasileiro .....	24
CAPÍTULO III - ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS EM ANGOLA .....	26
3.1 - Organização dos Estabelecimentos Prisionais .....	27
3.2 - Organigrama do estabelecimento prisional de 1ª Classe.....	28
3.3 - Organigrama do estabelecimento prisional de 2ª Classe .....	29
3.4 - Organigrama do estabelecimento prisional de 3ª Classe .....	30
3.5 - Distribuição Geográfica dos Estabelecimentos Penitenciários .....	31
3.6 - Estrutura Organizacional do Complexo Prisional de Viana .....	34
CAPÍTULO IV - AS FUNÇÕES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO .....	36
4.1 - Ressocialização. Os Perigos da Estigmatização .....	37
4.2- Situação Actual dos Direitos Humanos nos Estabelecimentos Penitenciários .....	38

4.3 - Os Efeitos Positivos da Prisão .....	42
4.4 - O Trabalho Prisional.....	42
4.5 - Natureza jurídica do trabalho prisional.....	45
4.6 - Interpretação do artigo 14º do Decreto 64/04. Outros vectores da ressocialização (educação e o preenchimento dos tempos livres).....	48
4.7 - Os Efeitos Negativos da Prisão.....	49
4.7.1 - O carácter criminógeno das prisões e a problemática do uso do uniforme nas audiências de julgamento e a posição dos tribunais angolanos sobre a matéria .....	49
4.8 - Reclusos Detidos – Reclusos Condenados a Cumprirem Pena. Necessidade Imperiosa de Tratamento Diferenciado.....	50
4.9 - Situação dos Menores Filhos de Mães Reclusas.....	51
4.10 - Reclusos Menores e Jovens Reclusos. Situação e Condições Específicas do Cumprimento das Respectivas Penas .....	52
CONCLUSÕES.....	53
REFERÊNCIAS .....	57
ANEXOS.....	59